

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

**EXTRATO DA ATA DA 1323ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DIA 29 JANEIRO DE 2019, ÀS 09:00 HORAS.**

Presentes os eminentes Conselheiros Dr.ª Carmelina Maria Mendes de Moura, Procuradora-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Luís Francisco Ribeiro, Corregedor-Geral do Ministério Público, Dra. Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Dr.ª Martha Celina de Oliveira Nunes, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes e Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.

1. A Presidente saúda os presentes e, havendo quórum, declara instalada a 1323ª (milésima trecentésima vigésima terceira) sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, marcada para hoje, dia 29 de janeiro de 2020, às 09:00 horas.

2. A Presidente inicia a sessão pelo item 1 da pauta. Questiona se todos os Conselheiros receberam cópia da ata da 1322ª (milésima trecentésima vigésima segunda) sessão ordinária, realizada no dia 06 de dezembro de 2019. Questiona se há alguma retificação a ser feita, sem retificações a serem feitas. **A Presidente declara aprovada e autoriza a publicação da ata da 1322ª (milésima trecentésima vigésima segunda) sessão ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2019.**

3. A Presidente propõe a inversão da pauta para fins da realização da solenidade de posse dos Promotores de Justiça José William Pereira Luz e Ari Martins Alves Filho, que será representado pela Promotora de Justiça, Dra. Ana Isabel de Alencar Mota Dias, incluído no item 4.2 da pauta. Deferida a inversão da pauta e realizada a solenidade de posse.

4. A Presidente solicita nova inversão da pauta para apresentar o Quadro Geral de Antiguidade 2019, conforme art. 23, IV, da Lei Complementar nº 12/1993 c/c art. 15, XII do Regimento Interno (Resolução CSMP-PI nº 03/2017), incluída no item 4.1. da pauta, para apreciação e aprovação desse Colegiado. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou o Quadro Geral de Antiguidade referente ao ano de 2019.**

Questão de ordem: A Conselheira Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando comunicou sua breve ausência do plenário para tratar de assuntos da Ouvidoria.

5. JULGAMENTO DE PROCESSOS

O Conselho delibera, após propositura do Conselheiro Fernando Melo Ferro Gomes, a retirada de pauta dos inquéritos civis para observar aplicação do art. 10 da Resolução CNMP nº 23/2007. Pleito deferido, à unanimidade, pelo Egrégio Conselho Superior.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.1 Relator: Luís Francisco Ribeiro.

Face a determinação de retornar autos a Promotoria de Justiça de origem, em relação aos inquéritos civis, foram retirados de pauta pelo Relator os procedimentos pautados nos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 2.1.9, 2.1.10, 2.1.11 e 2.1.12.

5.1.1 Inquérito Civil nº 68/2017 (SIMP nº 000142-019/2015). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: adequação do Conselho Estadual de Saúde do Piauí à Lei nº 4.142/90. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Fernando Ferreira dos Santos. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.2 Inquérito Civil nº 02/2018 (SIMP nº 000119-267/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Itainópolis. Assunto: fiscalizar/acompanhar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Itainópolis-PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Romana Leite Vieira. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.3 Procedimento Preparatório nº 21/2019 (SIMP nº 000058-283/2019). Origem: Promotoria de Justiça de São Félix do Piauí. Assunto: apurar a existência de áreas sujeitos a riscos de enchentes, inundações ou movimento de massas no município de Santa Cruz dos Milagres-PI, para, *a posteriori*, ser analisada a necessidade de celebração de termo de ajustamento de conduta, ajuizamento de Ação Civil Pública Ambiental ou possível arquivamento. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Ari Martins Alves Filho. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Procedimento instaurado a partir de relatório elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil, em fevereiro de 2013, à fl. 16, o qual apontou as áreas localizadas no município de Santa Cruz dos Milagres – PI, como sujeitas a risco de enchentes, inundações e movimentos de massas. O *parquet* expediu recomendação ao prefeito municipal, notadamente, a fim de que promovesse a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedasse novas ocupações em tais áreas. Em resposta, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz dos Milagres – PI informou que foram tomadas as providências sugeridas no relatório elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; que após a construção da Avenida Capitão Carlos Gomes, popularmente conhecida como Avenida Beira Rio, em abril de 2011, nenhum incidente fora registrado, diferentemente do ocorrido no ano de 2009, ocasião em que parte da população da cidade sofreu com enchentes. Aduz que a nova avenida serviu como um dique de contenção, evitando que novas cheias venham a inundar, novamente, a zona urbana da cidade. Por fim, destaca que o índice de precipitação de chuvas foi o maior registrado nos últimos 10 (dez) anos, tendo o período chuvoso cessado sem nenhum registro de incidente pela defesa civil do município. Considerando que as providências adotadas pela municipalidade foram satisfatórias, o membro ministerial pautou pelo arquivamento do feito. Homologação do arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.

5.1.4 Inquérito Civil nº 02/2017 (SIMP nº 000487-234/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Canto do Buriti. Assunto: apurar atos de improbidade previstos na Lei nº 8.429/92. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: José Willian Pereira Luz. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.5 Inquérito Civil nº 012/2018 (SIMP nº 000012-034/2018). Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instituição do comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento da política para população em situação de rua. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Myrian Lago. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.6 Inquérito Civil Público nº 03/2016 (SIMP nº 000138-254/2017). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marcos Parente. Assunto: acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelo município de Porto alegre-PI, quanto da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta nº 546/2000. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: João Batista de Castro Filho. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.7 Inquérito Civil nº 104/2017 (SIMP nº 000746-019/2017). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Agentes de portaria da FMS. Aumento da jornada de trabalho sem o correspondente pagamento de horas extras trabalhadas. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Luísa Cynobellina A. Lacerda. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.8 Inquérito Civil Público nº 33/2005 (SIMP nº 000362-319/2018). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marcos Parente. Assunto: apurar irregularidades na contratação de prestação de serviços de transporte de lixo urbano e gastos excessivos com compra de combustível do município de Antônio Almeida. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: João Batista de Castro Filho. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.9 Inquérito Civil nº 011/2015 (SIMP nº 000089-107/2015). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: apuração de denúncia realizada pelo Sr. Marcos Aurélio Jesus Lima através da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí, a respeito dos contratos de técnico de saúde bucal no município de Oeiras. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Vando da Silva Marques. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.1.10 Inquérito Civil nº 87/2017 (SIMP nº 000283-019/2017). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: possíveis irregularidades na suspensão do pagamento do adicional noturno, taxa de insalubridade e gratificação de urgência a servidores públicos do Estado do Piauí lotados na Secretaria do Estado do Piauí – SESAPI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Fernando Ferreira dos Santos. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.11 Inquérito Civil nº 60/2015 (SIMP nº 000138-029/2015). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: acessibilidade no parque em construção na Zona SUL - “Parentão”. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gianni Vieira de Carvalho. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.12 Inquérito Civil nº 06/2018 (SIMP nº 000215-019/2014). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: falta de terapeuta ocupacional no Centro de Estimulação Sensorial Mauro César (CES) – SEDUC. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Edilsom Farias. **Relator: Luís Francisco Ribeiro. Retirado de pauta.**

5.1.13 Inquérito Civil nº 053/2018 (SIMP nº 000269-109/2017). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: visa apurar possível ato de improbidade administrativa por deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício relacionado à falta de convocação de suplente de conselheira tutelar em Colônia do Piauí-PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Vando da Silva Marques. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Procedimento instaurado após as declarações prestadas pela Sra. Ana Maria da Silva, a qual relatou acerca de sua não convocação durante as férias e afastamentos dos conselheiros tutelares da cidade de Colônia do Piauí – PI, de modo que o conselho tutelar estaria funcionando apenas com 04 (quatro) membros. O *parquet* expediu recomendação administrativa à prefeita municipal de Colônia do Piauí – PI, Sra. Lúcia de Fátima Moura de Abreu Sá e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de que houvesse a convocação e nomeação imediata dos suplentes de conselheiros tutelares, conforme a lista formulada no processo de escolha. Em resposta, a municipalidade informou acerca da impossibilidade do acatamento da referida recomendação, posto que, naquele momento, não havia nenhum conselheiro tutelar de férias ou de licença. Fora realizada audiência com os conselheiros tutelares do município, no dia 27/09/2017. Na ocasião, os membros informaram que gozaram férias no curso do ano de 2017, no entanto, não houve a convocação da Sra. Ana Maria; que possuem uma escala própria de trabalho, ficando dois membros na sede do conselho pelo turno da manhã e dois pela tarde; que foram comunicados de que a prefeita municipal havia pedido para que passassem a cumprir a carga horária de 40h semanais; que requereram melhores condições de trabalho na estrutura da sede do conselho tutelar municipal, vez que o prédio não tem condições de abrigar todos os membros ao mesmo tempo. Consta nos autos parecer elaborado pelo Centro de Apoio Operacional

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de Defesa da Infância e Juventude – CAODIJ, sugerindo o acompanhamento das condições de funcionamento, organização e estrutura do conselho tutelar de Colônia do Piauí – PI, visando a cessação das irregularidades apontadas. O promotor de justiça que assumiu o feito destacou que a não convocação da Sra. Ana Maria da Silva, deu-se em razão do não afastamento de nenhum dos 05 (cinco) conselheiros tutelares titulares, bem como que inexistia nos autos qualquer comprovação de que houve funcionamento do conselho tutelar com menos integrantes. Não homologação. Restou demonstrado nos autos, inclusive a partir dos depoimentos dos próprios conselheiros tutelares, que quando do afastamento dos membros titulares do conselho tutelar, a Sra. Ana Maria deixou de ser convocada para assumir o cargo. Impende destacar ainda, do depoimento prestado pelos conselheiros tutelares, a existência de diversas irregularidades no âmbito do Conselho Tutelar de Colônia – PI, razão pela qual entendemos que deve haver a continuidade das investigações, bem como ser averiguada a possibilidade de assinatura de um TAC, para sanar tais irregularidades, no tocante à estrutura do prédio e carga horária dos membros, e, ainda, ser apurada de forma acurada a conduta da prefeita municipal, com a adoção das medidas pertinentes. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a designação de outro promotor de justiça para continuidade das investigações, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.1.14 Inquérito Civil nº 07/2016 (SIMP nº 000366-262/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Francisco Santos. Assunto: investigar supostos atos de improbidade cometidos pelo prefeito Francisco Anísio de Sousa (atraso deliberado no pagamento de alguns servidores da área da saúde). Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Procedimento instaurado a partir de representação feita por profissionais de saúde do aludido município, relatando, em síntese, que os profissionais efetivos não estariam recebendo seus salários, enquanto os contratados estariam recebendo normalmente. O *parquet* expediu notificação recomendatória ao prefeito municipal, a fim de que realizasse o imediato pagamento dos salários em atraso a todos os servidores reclamantes. Em resposta, o Sr. Francisco Anísio de Sousa informou que tal situação ocorreu em virtude do atraso do repasse por parte do governo federal à municipalidade, de modo que tão logo o fundo nacional de saúde repassasse os recursos ao município, os pagamentos dos salários dos profissionais seriam efetuados. Constam nos autos termos de declaração de servidores efetivos de Monsenhor Hipólito – PI, datados de outubro e novembro de 2017, relatando a persistência de irregularidades. o Ministério Público requisitou ao atual prefeito do município, Sr. Zenon de Moura Bezerra, no dia 20/03/2018, informações acerca do cumprimento da notificação recomendatória, no entanto, não consta nos autos qualquer resposta. o D. Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza destacou que a investigação até a presente data não logrou comprovação, razão pela qual pautou pelo

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

arquivamento do feito. Não homologação. Consta nos autos termos de declarações dos reclamantes relatando acerca da continuidade das irregularidades. Inexiste, inclusive, documentos que comprovem o cumprimento da notificação recomendatória, razão pela qual há a necessidade de continuidade das investigações. Designação de novo membro para atuar no feito, à luz do princípio da independência funcional. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a designação de outro membro ministerial para atuar no feito, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.1.15 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000061-226/2019. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: licença para tratamento da própria saúde. Interessado: Ricardo de Almeida Prado Júnior. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Fora concedido liminarmente por este Conselheiro Relator, o referido pedido de licença, em virtude de CID F33.2 + H81, visto que atendidos os requisitos exigidos na legislação vigente, no entanto, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, tempo razoável para que o requerente se submetesse à perícia do CIASPI. Sabe-se que, para a concessão definitiva, necessário se faz a apresentação do laudo pericial oficial emitido pela coordenadoria de perícias médicas do CIASPI. Ocorre que, sem justificativas plausíveis, o requerente deixou de se submeter a 02 (duas) perícias do CIASPI, marcadas para os dias 18/11/2019 e 04/12/2019. Em razão disso, oficieei à Procuradora-geral de Justiça, em atenção ao art. 12 da Resolução CSMP nº 06/2018, na qualidade de Conselheiro Relator, para adoção das medidas administrativas cabíveis. Desta feita, diante da não apresentação do laudo oficial emitido pelo CIASPI, e, portanto, não atendidos os requisitos exigidos na legislação vigente (Resolução nº 06/2018 CSMP-PI e Lei Complementar Estadual 12/93), indefiro o pedido de prorrogação de licença para tratamento de saúde pleiteado pelo ora requerente, bem como proponho, na oportunidade, em razão dos reiterados pedidos de afastamento apresentados, e com base na Lei nº 7.311/2019, recentemente promulgada, que o Dr. Ricardo de Almeida Prado Filho seja regularmente notificado, a fim de que se submeta à perícia médica oficial do CIASPI, para fins de aferição da incapacidade permanente de suas funções. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, indeferiu pedido de licença para tratamento de saúde e determinou que o requerente, em razão dos reiterados pedidos de licenças e afastamentos solicitados, se submeta a perícia médica pelo órgão oficial do Estado do Piauí para fins de aferição da incapacidade permanente para o exercício de suas funções, com fulcro na Lei Estadual nº 7.311/2019, nos termos do voto do Relator. A Presidente concorda com o voto do relator e acrescenta que a cópia dos autos devem ser encaminhados à Corregedoria Geral para fins de apuração de possível falta disciplinar, complementação acatada à unanimidade pelo Egrégio Conselho Superior. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.1.16 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000011-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Maurício Gomes de Souza. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Solicitação formulada pelo Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior – PI, referente ao seu deslocamento para fins de implantação da Secretaria Unificada na Comarca de Corrente – PI, no período de 17 a 19 de novembro de 2019, totalizando 02 (duas) diárias e ½ (meia). A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MP emitiu parecer informando que há disponibilidade orçamentária para atender a despesa ora pretendida, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). A Controladoria Interna informou que o número de diárias requeridas ultrapassa o limite de 80 (oitenta) diárias integrais por ano e opinou que a indenização do deslocamento ocorrido do dia 17 ao dia 19 de novembro de 2019, acaso seja deferida pela PGJ e referendada pelo E. CSMP, seja realizada por meio de diárias, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). Por fim, a D. Procuradora-geral de Justiça deferiu o pagamento das 02 (duas) diárias e ½ (meia) solicitadas. Analisando a documentação carreada aos autos, verifica-se que o requerente apresentou o seu pedido tempestivamente. Ademais, ressalte-se a fundada necessidade do serviço, a observância do interesse público, sendo o motivo do deslocamento devidamente comprovado, bem como a existência de dotação orçamentária para o pagamento da despesa em questão. Concessão do pagamento de 02 (duas) diárias e ½ (meia) ao Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a solicitação de diárias realizado pelo Promotor de Justiça, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.1.17 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000001-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Maurício Gomes de Souza. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Solicitação formulada pelo Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior – PI, referente ao seu deslocamento para responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Picos – PI, no período de 02 a 06 de dezembro, totalizando 04 (quatro) diárias e ½ (meia). A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MP emitiu parecer informando que há disponibilidade orçamentária para atender a despesa ora pretendida, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). A Controladoria Interna informou que o número de diárias requeridas ultrapassa o limite de 80 (oitenta) diárias integrais por ano e opinou que a indenização do deslocamento ocorrido do dia 02 a 06 de dezembro de 2019, acaso seja deferida pela PGJ e referendada pelo E. CSMP, seja realizada por meio de diárias, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). Por fim, a D. Procuradora-geral de Justiça deferiu o pagamento das 04 (quatro) diárias e ½ (meia) solicitadas. Analisando a documentação carreada aos autos, verifica-se que o requerente apresentou o seu pedido tempestivamente. Ademais, ressalte-se a fundada necessidade do serviço, a observância do interesse público, sendo o motivo do deslocamento

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

devidamente comprovado, bem como a existência de dotação orçamentária para o pagamento da despesa em questão. Concessão do pagamento de 04 (quatro) diárias e ½ (meia) ao Promotor de Justiça Maurício Gomes de Souza. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a solicitação de diárias realizado pelo Promotor de Justiça, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.1.18 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000006-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Solicitação formulada pelo Promotor de Justiça Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Barras – PI, referente ao seu deslocamento para responder pela Promotoria de Justiça de Porto – PI, no período de 22 a 24 de outubro de 2019, totalizando 02 (duas) diárias e ½ (meia). A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MP emitiu parecer informando que há disponibilidade orçamentária para atender a despesa ora pretendida, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). A Controladoria Interna informou que o número de diárias requeridas ultrapassa o limite de 80 (oitenta) diárias integrais por ano e opinou que a indenização do deslocamento ocorrido, acaso seja deferida pela PGJ e referendada pelo E. CSMP, seja realizada por meio de diárias, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). Por fim, a D. Procuradora-geral de Justiça deferiu o pagamento das 02 (duas) diárias e ½ (meia) solicitadas. Analisando a documentação carreada aos autos, impende destacar a fundada necessidade do serviço, a observância do interesse público, sendo o motivo do deslocamento devidamente comprovado, bem como a existência de dotação orçamentária para o pagamento da despesa em questão. Concessão do pagamento de 02 (duas) diárias e ½ (meia) ao Promotor de Justiça Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a solicitação de diárias realizado pelo Promotor de Justiça, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.1.19 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000015-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Gerson Gomes Pereira. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** Solicitação formulada pelo Promotor de Justiça Gerson Gomes Pereira, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Uruçuí – PI, referente ao seu deslocamento para responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Picos – PI, no período de 26 a 30/08/2019, totalizando 04 (quatro) diárias e ½ (meia). A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças do MP emitiu parecer informando que há disponibilidade orçamentária para atender a despesa ora pretendida, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). A Controladoria Interna informou que o número de diárias requeridas ultrapassa o limite de 08 (oito) diárias integrais por mês e opinou que a indenização do deslocamento ocorrido, acaso seja deferida pela PGJ e referendada pelo E. CSMP, seja realizada por meio de diárias, no valor de R\$ 1.800,00 (mil e

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

oitocentos reais). Por fim, a D. Procuradora-geral de Justiça deferiu o pagamento das 04 (quatro) diárias e ½ (meia) solicitadas. Analisando a documentação carreada aos autos, impende destacar a fundada necessidade do serviço, a observância do interesse público, sendo o motivo do deslocamento devidamente comprovado, bem como a existência de dotação orçamentária para o pagamento da despesa em questão. Concessão do pagamento de 04 (quatro) diárias e ½ (meia) ao Promotor de Justiça Gerson Gomes Pereira. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou a solicitação de diárias realizado pelo Promotor de Justiça, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.1.20 Inquérito Civil SIMP nº 000080-164/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Batalha. Assunto: apurar a ausência de licitação para contratar a empresa FOCUS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Declínio de atribuição. Promotor de Justiça: Silas Sereno Lopes. **Relator: Luís Francisco Ribeiro.** No julgamento do procedimento em questão, ocorrido no dia 06/11/2019, na 1320ª sessão ordinária do CSMP, por equívoco, o presente feito fora julgado em bloco e arquivado pelo E. Conselho Superior do Ministério Público, conforme publicação no diário eletrônico do MPPI, ano III – nº 530, disponibilização: segunda-feira, 25 de novembro de 2019 e publicação: terça-feira, 26 de novembro de 2019. Ocorre que, o presente caso trata-se, em verdade, de declínio de atribuições, razão pela qual submeto à apreciação deste E. Colegiado, a fim de que o inquérito civil em epígrafe seja declinado ao Ministério Público Federal, ora com atribuição para atuar no feito, por se tratar de possível malversação de verbas oriundas do FUNDEB, em conformidade com o art. 9º-A, da resolução nº 23/2007 do CNMP. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou o declínio de atribuições ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2 Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.

Retirados de pauta pela Relatora os procedimentos pautados nos itens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4.

5.2.1 Inquérito Civil nº 25/2018 (SIMP nº 000012-025/2016). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: possíveis irregularidades em obra de pavimentação da rua João de Deus Martins no bairro Angelim – contrato da SDU Sul com a empresa CONSTEL Construções e Serviços Técnicos LTDA. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Edilsom Farias. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues. Retirado de pauta.**

5.2.2 Inquérito Civil SIMP nº 000038-264/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: apurar informações acerca de suposta contratação, por parte do município de Ribeira do Piauí, de um trator que seria de propriedade do marido da

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

vice-prefeita. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues. Retirado de pauta.**

5.2.3 Inquérito Civil Público SIMP nº 000701-237/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados no Município de Bela Vista do Piauí/PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.** 1. Ação Civil Pública proposta para apurar montante gasto com frete de veículos durante o exercício de 2010 por Josimar Coelho de Almeida, ex-prefeito de Bela Vista do Piauí 2. Lapso Temporal Superior a 05 (cinco) anos, desde o término do exercício do mandato dos investigados 3. Prescrição de eventual improbidade administrativa, *ex vi* art. 23, I, da Lei 8.429/292. 4. Ausência de elementos de convicção que demonstrem a má-fé do gestor 5. Entretanto o Promotor de Justiça de Simplício Mendes em nada se manifestou quanto ao ressarcimento ao erário, apesar de ter ocorrido o pagamento de frete em procedimento licitatório acima do limite, devendo-se averiguar a possibilidade de ajuizar ação de ressarcimento ao erário *ex vi* art. 10, §4º, I da Resolução nº 23/2007 do CNMP 7 6. Homologação parcial de promoção de arquivamento promovendo arquivamento no que diz respeito ao crime prescrito e realizando a devolução dos autos a Promotoria de Justiça de origem a fim de que sejam realizadas novas diligências para apuração da ocorrência de dano ao erário tendo em vista sua imprescritibilidade. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, e determinou retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para apurar eventual existência de dano ao erário, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI. A Relatora retificou o seu voto oferecido anteriormente em razão de entendimento firmado nessa sessão pelo Colegiado.**

5.2.4 Inquérito Civil nº 156/2018 (SIMP nº 000066-096/2015). Origem: Promotoria de Justiça Regional em São Raimundo Nonato. Assunto: apurar e investigar eventuais irregularidades na reintegração de servidor aos quadros da administração municipal de Dirceu Arcoverde/PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: José Marques Lages Neto. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues. Retirado de pauta.**

5.2.5 Procedimento Preparatório nº 005/2019 (SIMP nº 000053-231/2019). Origem: Promotoria de Justiça de Angical do Piauí. Assunto: apurar as informações contidas no ofício datado de 15/10/2018 proveniente da Câmara Municipal de Angical do Piauí-PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Nielsen Silva Mendes Lima. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.** Fora instaurado procedimento preparatório, no âmbito da Promotoria de Justiça de Angical do Piauí-PI, após representação do Presidente da Câmara Municipal de Angical do Piauí, informando que o Secretário de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Infraestrutura foram convocados para as prestações de contas, no entanto, não compareceram, de início. Após regular instrução, constatou-se que o Secretário Municipal de Saúde e Secretário de Infraestrutura foram convocados para as prestações de contas, no entanto, não compareceram, de início. Após regular instrução, constatou-se que o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Municipal de Infraestrutura prestaram as informações solicitadas pela Câmara Municipal de Angical do Piauí-PI, no dia 05 de julho de 2019. Inexistência de fundamentos ou justa causa para o prosseguimento do presente procedimento. Arquivamento que se impõe. Homologação. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.6 Procedimento de Investigação Criminal nº 001/2015 (SIMP nº 000013-216/2016). Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO. Assunto: sigiloso. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Mário Alexandre Costa Normando. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.** 1. Procedimento Investigatório Criminal para apuração do crime de Lavagem de Dinheiro e Agiotagem com base em relatório enviado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF 2. Quebra de sigilo fiscal e bancário da investigada concedido pela Justiça 3. Constatação de movimentação milionária nas contas bancárias e cheques incompatíveis com os rendimentos da investigada entre 2004 e 2014 4. Crime de Agiotagem prescrito 5. Fortes indícios de crime de lavagem de dinheiro 6. Crime permanente alcançado pela vigência da lei nº 12.683/2012 7. Novas diligências necessárias para a apuração da origem do dinheiro movimentado 8. Não homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, determinando que os autos retornem para realização de novas diligências, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.7 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000096-226/2019. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: licença para tratamento da própria saúde. Interessada: Gabriela Almeida de Santana. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.** 1. Licença para tratamento da própria saúde solicitado pela Dra Gabriela Almeida de Santana 2. Atestado e Relatório Médico acostados ao processo no ato do pedido da licença 3. 03 (três) licenças solicitadas em curto período de tempo caracterizando prorrogação 4. Requisito do art. 9º da Resolução CSMP nº 06/2018 para concessão liminar da licença atendido. 5. Pedido liminarmente concedido 6. Necessidade de Perícia Oficial para emissão de Laudo Médico Oficial pelo Centro Integrado de Atenção ao Servidor Público do Estado do Piauí- CIASPI. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu a liminar e determinou a marcação da perícia para emissão de**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

laudo médico oficial, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.

5.2.8 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000003-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.**

1. Diárias solicitadas pelo deslocamento para comarca de Porto-PI para substituição da Promotora de Justiça nos dias 26/11/2019 e 28/11/2019 2. Solicitação da diária realizada dia 26/11/2019, portando intempestiva 3. Verificada a necessidade do serviço e a impossibilidade de ônus financeiro ao membro 4. Diária acima do limite de 80 (oitenta) por ano concedida pela Procuradora Geral de Justiça ratificada pelo CSMP 5. Relatório circunstanciado de atividades desenvolvidas e comprovante de deslocamento não apresentados 6. Concessão das duas e 1/2 diárias solicitadas condicionada à apresentação destes documentos, que se referem a prestação de contas do art. 11 da Resolução CSMP nº 13/2013. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu a solicitação de diárias condicionando à apresentação dos documentos que dizem respeito à prestação de contas, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.9 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000008-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.**

1. Diária solicitada pelo deslocamento para comarca de Porto-PI para substituição da Promotora de Justiça no dia 19/11/2019 2. Solicitação da diária realizada dia 19/11/2019, portando intempestiva 3. Verificada a necessidade do serviço e a impossibilidade de ônus financeiro ao membro 4. Diária acima do limite de 80 (oitenta) por ano concedida pela Procuradora Geral de Justiça ratificada pelo CSMP 5. Relatório circunstanciado de atividades desenvolvidas e comprovante de deslocamento não apresentados 6. Concessão da 1/2 diária solicitada condicionada à apresentação destes documentos, que se referem a prestação de contas do art. 11 da Resolução CSMP nº 13/2013. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu a solicitação de diárias condicionando à apresentação dos documentos que dizem respeito à prestação de contas, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.2.10 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000013-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Cezario de Souza Cavalcante Neto. **Relatora: Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues.** 1.

Diária solicitada pelo deslocamento para responder pela 53ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI no período de 02 a 16 de dezembro de 2019 2. Solicitação das diárias realizada dia 13/12/2019, portanto intempestiva 3. Verificada a necessidade do serviço e

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

a impossibilidade de ônus financeiro ao membro 4. Diária acima do limite de 80 (oitenta) por ano concedida pela Procuradora Geral de Justiça ratificada pelo CSMP 5. Relatório circunstanciado de atividades desenvolvidas e comprovante de deslocamento não apresentados 6. Concessão das 7 diárias e 1/2 solicitadas condicionada à apresentação destes documentos, que se referem a prestação de contas do art. 11 da Resolução CSMP nº 13/2013. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu a solicitação de diárias condicionando à apresentação dos documentos que dizem respeito à prestação de contas, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3 Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.

Retirados de pauta pela Relatora os procedimentos pautados nos itens 2.3.1, 2.3.4 e 2.3.7.

5.3.1 Inquérito Civil SIMP nº 000013-172/2018. Origem: 24ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: poluição atmosférica – Panificadora Lusitana. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gianni Vieira de Carvalho. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes. Retirado de pauta.**

5.3.2 Inquérito Civil Público nº 01/2016 (SIMP nº 000236-276/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: apurar a REPRESENTAÇÃO formulada por ROSA ADÉLIA DOS REIS, JULIANA LURDETE COELHO DE SOUSA e OSVALDO MAMÉDIO DA COSTA, na qual os reclamantes relataram a não existência de energia elétrica em diversas comunidades do Município de São Francisco de Assis do Piauí-PI, tais como Campestre, Morros, Alagadiço, Riacho do Meio, Roça Nova, Lagoa da Areia, Batateira, Boa Vista, Cacimba do Jatobá, Baixa dos Canudos, Lagoa do Meio, Lagoa da Levada, dentre outras e que, segundo noticiam, após mobilização popular e cobertura jornalística, o Governo Federal, a Eletrobrás e a Empresa SEPEL, suposta vencedora do certame licitatório, teriam informado que apenas 141 (cento e quarenta e uma) famílias seriam atendidas com a instalação de rede elétrica, sem discriminar, contudo, quais seriam essas famílias e em que locais seria instalada a rede elétrica esperada, e que, quando da visita de membros da Empresa SEPEL, aos 06 dias do mês de junho de 2015, o vereador FRANCISCO EPAMINONDAS DOS REIS, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), teria adentrado no veículo da Empresa e acompanhado a equipe desta a finalidade de autopromoção. Prorrogação de prazo. Promotora de Justiça: Emanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Apurar notícia de inexistência de fornecimento de energia elétrica em diversas comunidades do Município de São Francisco de Assis do Piauí além de suposta autopromoção por parte de vereador integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) com a instalação de rede elétrica para 141 famílias. Prazo de conclusão do Inquérito Civil expirado. Necessidades de novas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

diligências. Prorrogação do prazo em 1 (um) ano, nos termos do artigo 23, parágrafo único, da Resolução nº 001/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. Remessa dos autos à Promotoria de origem para desfecho do presente inquisitório. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.3 Inquérito Civil nº 01/2016 (SIMP nº 000435-206/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Uruçuí. Assunto: apurar a qualidade da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica em Uruçuí. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Edgar dos Santos Bandeira Filho. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Apurar a qualidade da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica no Município de Uruçuí – PI. Existência de Ação Civil Pública que trata sobre o mesmo assunto do procedimento. Observância da Súmula nº 03 do Conselho Superior do Ministério Público e da Recomendação PGJ/PI Nº 02/2016. Recebimento da promoção de arquivamento como comunicação de judicialização da questão, dando conhecimento desta ao órgão colegiado. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.4 Inquérito Civil nº 12/2019 (SIMP nº 000757-161/2019). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: apurar irregularidade na nomeação do Controlador Interno da Câmara Municipal de Esperantina-PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Adriano Fontenele Santos. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes. Retirado de pauta.**

5.3.5 Inquérito Civil nº 15/2014 (SIMP nº 000016-025/2014). Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: descumprimento de ordem de interdição pela Procuradora Geral do Município por parte de casa de show. Prorrogação de prazo. Luísa Cynobellina A. Lacerda Andrade. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Apurar suposto descumprimento de ordem de interdição de casa de show por servidores da Procuradoria-Geral do Município (PGM). Prazo de conclusão do Inquérito Civil expirado. Necessidade de reiterar os Ofícios enviados à PGM. Prorrogação do prazo em 1 (um) ano, nos termos do artigo 23, parágrafo único, da Resolução nº 001/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. Remessa dos autos à Promotoria de origem para desfecho do presente inquisitório. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.6 Inquérito Civil nº 39/2017 (SIMP nº 000161-027/2017). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: acompanhar a obra da nova maternidade estadual.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Prorrogação de prazo. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Acompanhar a obra de construção da nova maternidade de referência estadual, localizada na Avenida Presidente Kennedy, zona leste de Teresina. Prazo de conclusão do Inquérito Civil expirado. Necessidades de novas diligências. Prorrogação do prazo em 1 (um) ano, nos termos do artigo 23, parágrafo único, da Resolução nº 001/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. Remessa dos autos à Promotoria de origem para desfecho do presente inquisitório. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.7 Inquérito Civil nº 004/2013 (SIMP nº 000121-283/2018). Origem: Promotoria de Justiça de São Félix do Piauí. Assunto: poluição sonora. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Ari Martins Alves Filho. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes. Retirado de pauta.**

5.3.8 Inquérito Civil Público nº 52/2018 (SIMP nº 000111-088/2018). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: averiguar irregularidades na locação de imóveis da Secretaria Municipal de Assistência Social, devolução de cheques sem provisão de fundos. Prestação de contas – Santa Cruz do Piauí – 2010. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Averiguar irregularidades na locação de imóveis da Secretaria de Assistência Social, bem como na devolução de cheques sem provisão de fundos na prestação de contas do exercício de 2010, no Município de Santa Cruz do Piauí. Lapso temporal superior a 5 (cinco) anos, desde o término do exercício do mandato do investigado. Prescrição de eventual improbidade administrativa, consoante artigo 23, inciso I, da Lei 8.429/92. O promotor de Picos em nada se manifestou quanto ao ressarcimento ao erário, tendo alegado que a investigação não logrou qualquer confirmação probatória palpável daqueles indícios que lhe serviam de azo exordial, apesar das contas do ex-gestor municipal terem sido julgadas pelo TCE com irregularidade, conforme acórdão nº 2.603/2012. Homologação do arquivamento em razão da prescrição (art. 23, I, LIA). Remessa dos autos à origem para apuração quanto à possibilidade de propositura de ação de ressarcimento de dano ao erário, com fulcro no art. 37, inciso XXII, §5º, da CF/88. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para apurar eventual existência de dano ao erário, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.9 Procedimento Preparatório nº 20/2019 (SIMP nº 000059-283/2019). Origem: Promotoria de Justiça de São Félix do Piauí. Assunto: apurar a existência de áreas sujeitas a riscos de enchentes, inundações ou movimento de massas no município de Prata-PI, para, a *posteriori*, ser analisada a necessidade de celebração de termo de ajustamento

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de conduta, ajuizamento de Ação Civil Pública Ambiental ou possível arquivamento. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Ari Martins Alves Filho. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Procedimento preparatório de Inquérito Civil instaurado para apurar existência de áreas sujeitas a risco de enchentes, inundações ou movimento de massas no Município de Prata do Piauí. Cumprimento da Recomendação Ministerial. Ausência de estudos ou relatórios de vistorias que atestem a presença de áreas sujeitas a riscos no âmbito da Secretaria Estadual de Defesa Civil. Esgotamento das diligências. Arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.10 Procedimento Preparatório SIMP nº 000249-283/2018. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: apurar irregularidades no preenchimento no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, no exercício do ano de 2016, no município de São Félix do Piauí. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Luiz Antônio França Gomes. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Procedimento preparatório de Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades no preenchimento no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, no exercício do ano de 2016, no Município de São Félix do Piauí. A Secretaria Municipal de Educação atendeu às requisições ministeriais, tendo juntado as documentações pertinentes. Regularização da situação. Esgotamento das diligências. Arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.11 Procedimento Preparatório nº 80/2019 (SIMP nº 000040-027/2019). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: viabilizar segunda via de encaminhamento de paciente que realiza tratamento médico no Hospital Universitário – HU/UFPI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Maria das Graças do Monte Teixeira. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Procedimento preparatório de Inquérito Civil instaurado para viabilizar segunda via de encaminhamento de paciente que realiza tratamento médico no Hospital Universitário – HU/UFPI. Consta nos autos declaração do Hospital Universitário informando a emissão de segunda via de retorno, e, após conhecimento de que o paciente procurou o Ministério Público, houve a emissão de uma terceira via. Mesmo notificado acerca da declaração, o paciente/declarante não mais se manifestou. Consta nos autos informações de que a consulta de retorno foi realizada. Arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.3.12 Procedimento Preparatório nº 10/2015 (SIMP nº 000415-174/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: apurar notícia de irregularidades na prestação de contas do FUNDEB do Município de Piracuruca do ano de 2011 (Processo TC-E-014.248/12). Declínio de atribuição. Promotor de Justiça: Márcio Giorgi Carcará Rocha. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Procedimento preparatório de Inquérito Civil instaurado para Apurar notícia de irregularidades na prestação de contas do FUNDEB do Município de Piracuruca, no exercício financeiro de 2011. Verbas oriundas de convênio federal. Atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuição. **O Egrégio Conselho Superior, homologou o declínio de atribuições ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.13 Procedimento Preparatório SIMP nº 000618-081/2017. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: apurar possível abuso de propriedade na realização de festas por parte do Estabelecimento Esquentas Bar. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Gerson Gomes Pereira. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Apurar possível abuso de propriedade na realização de festas por parte do estabelecimento “Esquentas Bar”, em Bom Jesus. Declínio de atribuições à Promotoria Regional de Bom Jesus, que entendeu não se tratar de hipótese de conversão em Inquérito Civil tampouco de ajuizamento de Ação Civil Pública. Acompanhamento e fiscalização por meio de Processo Administrativo. Arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.14 Procedimento Preparatório SIMP nº 000017-164/2018. Origem: Promotoria de Justiça de Batalha-PI. Assunto: vigilância sanitária e epidemiológica – saúde. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Silas Sereno Lopes. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Procedimento preparatório de Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades na estrutura da Vigilância Sanitária do município de Batalha, com relação a pessoal, fiscais e corpo jurídico; e conflito nas zonas urbana e rural com relação à criação e manuseio de animais. Ausência de irregularidades na Vigilância Sanitária. Regularização da criação de animais. Esgotamento das diligências. Arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.3.15 Procedimento Preparatório nº 04/2015 (SIMP nº 000540-212/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Fronteiras. Assunto: dano ao erário. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Karine Araruna Xavier. **Relatora: Martha Celina de Oliveira Nunes.** Procedimento preparatório de Inquérito Civil instaurado para apurar denúncia de supostos pagamentos feitos pela Prefeitura do Município de Fronteiras por

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

serviços que não teriam sido prestados. Alegada ausência de elementos de prova ou de informações mínimos para o início de uma apuração. Ausência de notificação do Gestor Municipal acerca dos documentos. Possível ato de improbidade administrativa. Aplicação do art. 10, §4º, inciso I, da Resolução nº 23 do CNMP. Necessidade de notificação da Prefeitura Municipal de Fronteiras, para que se manifeste acerca dos documentos presentes nos autos. Não homologação. Diligências necessárias. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, determinando retorno dos autos a Promotoria de Justiça de origem para diligências, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4 Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.

A Relatora retirou de pauta os procedimentos pautados nos itens 2.4.8, 2.4.9, 2.4.10, 2.4.11, 2.4.12, 2.4.14, 2.4.16, 2.4.17, 2.4.18, 2.4.20, 2.4.21 e 2.4.23.

5.4.1 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000094-226/2019. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: requerimento de alteração da lista de antiguidade. Interessada: Romana Leite Vieira. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Preliminarmente, cumpre salientar que o presente Procedimento de Gestão Administrativa, violou as normas contidas no Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público assim como a Resolução CSMP/PI nº 01/2016, que dispõem sobre o rito a ser seguido nos casos de Reclamação em face da Lista de Antiguidade. Nos termos do art. 23 do RICSMP/PI: Art. 23. A distribuição de processos será realizada imediatamente pela Secretaria do Conselho Superior, entre todos os Conselheiros, por meio de sorteio eletrônico, com exclusão do Presidente do Conselho, obedecendo-se a ordem cronológica de ingresso dos processos. Todavia, o que ocorreu in casu foi totalmente o contrário, o presente PGA foi remetido de imediato à Presidente do CSMP, a qual de pronto deferiu o pedido e apenas submeteu a decisão a referendo do Conselho, o que vai de encontro diretamente ao Regimento Interno deste Colegiado, assim como aconteceu com o caso usado como paradigma. Ademais, de acordo com a Lista de Antiguidade publicada em 30/01/2019, a Promotora de Justiça Requerente Dra. Romana Leite Vieira, consta na 35ª posição da Lista de Antiguidade dos Promotores de Justiça de Entrância Intermediária. Verifica-se, também, que a decisão padece de nulidade, tendo em vista que a Requerente conta com o mesmo tempo de carreira de mais outros 04 (quatro) Promotores de Justiça, são eles: Márcio Giorgi Carcará Rocha (31ª posição), Karine Araruna Xavier (32ª posição), Tallita Luzia Bezerra Araújo (33ª posição) e Gabriela Almeida de Santana (34ª posição), todos à época da publicação, contavam com 04 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 28 (vinte e oito) dias de tempo total na carreira, haja vista que todos nela ingressaram em 03/02/2014. Contudo, apesar desse fato, NENHUM dos Promotores de Justiça citados foram sequer notificados para que se manifestarem no feito. Logo, constata-se uma ofensa objetiva ao Princípio

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa. Todavia, em que pese a ofensa principiológica mencionada, apesar de estarem presentes a Legitimidade da Parte e o Interesse de Agir, verifica-se que ocorreu, na espécie, a Preclusão Temporal ao direito de Impugnar a Lista de Antiguidade guerreada. Nos termos do art. 5º, da Resolução CSMP/PI nº 01/2016, que regulamenta a reclamação contra o Quadro de Antiguidade prevista no inciso IV do art. 23 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, o prazo é de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do quadro geral de antiguidade, vejamos: Art. 5º No prazo de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do quadro geral de antiguidade, qualquer interessado poderá reclamar contra sua posição na lista, em requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente do Conselho Superior. § 1º As reclamações serão autuadas e distribuídas ao relator, a fim de serem apreciadas na sessão ordinária imediatamente seguinte. § 2º Em momento anterior à distribuição prevista no § 1º, poderá o Presidente do Conselho Superior conceder medidas liminares, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público. Ou seja, o pedido apresentado é totalmente extemporâneo, tendo em vista que somente foi protocolado em 06/11/2019, quando o prazo se expirou em 20/02/2019, nos termos do art. 219 do NCPC, frise-se que a publicação ocorreu em 30/01/2019. Ademais, ainda que argumente a requerente, a aplicação analógica ao decidido nos autos do processo supramencionado GEDOC nº 000012-226/2019, apresentado pelo Promotor de Justiça Paulo Maurício Araújo Gusmão, é vertente que tal argumento não merece guarida, tendo em vista que ele, objetando impugnar a sua posição, reclamou tempestivamente a este Colegiado, o que não se verifica do pedido apresentado pela Peticionante. Sem falar que o Relator Dr. Alípio de Santana Ribeiro, ao receber o processo, após a distribuição, notificou todos os interessados. Ante ao exposto, esta Conselheira ora signatária se manifesta pela REJEIÇÃO do pedido apresentado, mantendo-se inalteradas as posições constantes na referida lista de antiguidade. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, julgou prejudicado objeto do presente procedimento, nos termos do voto da relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.2 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000104-226/2019. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: recurso em face das informações constantes no Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000099-226/2019. Interessada: Gabriela Almeida de Santana. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Reunião do feito em epígrafe ao bojo dos autos do Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC Nº 000099-226/2019, referente à promoção por antiguidade para a 7ª Promotoria de Justiça de Picos, tendo em vista a conexão entre ambos, na forma do art. 55, §1º do Código de Processo Civil c/c o §1º, do art. 55, do Regimento Interno do CSMP-PI. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, determinou a redistribuição do feito para que seja apensado aos autos do Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC Nº 000099-226/2019, nos termos do voto da relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.4.3 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000005-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Apurar solicitação de diárias em número superior ao limite de 08 (oito) integrais por mês e 80 (oitenta) integrais por ano, como previsto no art. 3º, parágrafo único c/c art. 4º, caput, da Resolução nº 13/2013 – CSMP-PI, que disciplina o pagamento de diárias aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí. Juntada de decisão da Procuradora-Geral de Justiça, pela realização do pagamento das diárias pleiteadas, *ad referendum*, deste Órgão Superior, *ex vi*, do art. 4º parágrafo único, da Resolução CSMP-PI nº 13/2013. Pedido deferido. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou o pedido de solicitação de diárias, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.4 Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000010-226/2020. Origem: Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: solicitação de diárias. Interessado: José Marques Lages Neto. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Apurar solicitação de diárias em número superior ao limite de 08 (oito) integrais por mês, como previsto no art. 3º, parágrafo único c/c art. 4º, caput da Resolução Nº 13/2013 – CSMP/PI, que disciplina o pagamento de diárias aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí. Juntada de decisão da Procuradoria-Geral de Justiça, pela realização do pagamento das diárias pleiteadas, *ad referendum* deste Órgão Superior, *ex vi*, do Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CSMP-PI nº 13/2013. Pedido deferido. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou o pedido de solicitação de diárias, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.5 Inquérito Civil nº 055/2015 (SIMP nº 000195-063/2015). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: apurar notícia de manutenção de pessoa em função pública de professor sem a aprovação em concurso público no município de Campo Maior/PI. Prorrogação de prazo. Promotor de Justiça: Cezario de Souza Cavalcante Neto. prazo. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** 1. Necessidade de realização de novas diligências, no sentido de quantificar possível do dano ao erário, para subsidiar a propositura de eventual ação civil pública de ressarcimento. 2. Prorrogação do prazo em 1 (um) ano, nos termos do Art. 23, parágrafo único da Resolução nº 001/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. Remessa dos autos à Promotoria de Origem, a fim de que sejam realizadas as diligências cabíveis para o desfecho do presente inquisitório. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu a prorrogação de prazo, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.4.6 Inquérito Civil nº 036/2015 (SIMP nº 000274-063/2015). Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: apurar notícia de inadimplemento, pelo município de Jatobá do Piauí, de débitos junto à Eletrobrás Piauí, no exercício financeiro de 2011, resultando em multa e juros. Prorrogação de prazo. Promotor de Justiça: Cezario de Souza Cavalcante Neto. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Necessidade de realização de novas diligências, no sentido de quantificar possível do dano ao erário, para subsidiar a propositura de eventual ação civil pública de ressarcimento. 2. Prorrogação do prazo em 1 (um) ano, nos termos do Art. 23, parágrafo único da Resolução nº 001/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. Remessa dos autos à Promotoria de Origem, a fim de que sejam realizadas as diligências cabíveis para o desfecho do presente inquisitório. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.7 Inquérito Civil nº 13/2017 (SIMP nº 000562-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: viabilizar a dispensação dos medicamentos para dor crônica oncológica (Morfina 10mg e 30mg, Metadona 10mg, Codeína 3mg/ml e Gabapentina 300mg e 400mg), através da Secretaria Estadual de Saúde, conforme Portaria MS nº 1083, de 2 de outubro de 2012. Prorrogação de prazo. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** 1. Necessidade de novas diligências, no que tange a juntada de relação atualizada do estoque dos listados fármacos pleiteados. 2. Prorrogação do prazo em 1 (um) ano, nos termos do Art. 23, parágrafo único da Resolução Nº 001/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. Remessa dos autos à Promotoria de Origem, a fim de que sejam realizadas as diligências cabíveis para o desfecho do presente inquisitório. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.8 Inquérito Civil nº 01/2019 (SIMP nº 000162-029/2018). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: falta de acessibilidade no Laboratório New Lab Centro de Diagnóstico. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.9 Inquérito Civil SIMP nº 000045-101/2019. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: averiguar a existência de irregularidades administrativas na contratação de advogados e/ou escritórios de advocacia para a prestação de serviços jurídicos para a Câmara Municipal de São José do Peixe, bem como tomar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis no caso de comprovação de violação da legislação pertinente, conforme o caso. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: José de Arimatéia Dourado Leão. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.4.10 Inquérito Civil SIMP nº 000153-164/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Batalha. Assunto: inquérito civil instaurado para apurar notícia de possível acumulação ilegal de cargos e vencimento nas folhas do Município de Batalha-PI e do Estado do Piauí. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Silas Sereno Lopes. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.11 Inquérito Civil Público nº 08/2019 (SIMP nº 000046-003/2019). Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: ausência de autorização para funcionamento do Colégio CNEC, bem como os possíveis danos causados aos discentes e ex-discentes da instituição. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gladys Gomes Martins de Sousa. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.12 Inquérito Civil nº 22/2019 (SIMP nº 000347-267/2019). Origem: Promotoria de Justiça de Itainópolis. Assunto: investigar notícia de moradores em escola desativada na localidade Tamboril I, em Itainópolis. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Romana Leite Vieira. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.13 Procedimento Preparatório nº 126/2019 (SIMP nº 000175-027/2019). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: viabilizar a compra de passagens aéreas por meio do Tratamento Fora do Domicílio – TFD para a realização de consulta de retorno da paciente idosa no Hospital dos Olhos de Sorocaba – São Paulo. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** Procedimento originado de reclamação, ofertada por município local. 2. Remessa de expedientes à Secretaria Estadual de Saúde do Piauí e à Coordenadoria do Tratamento Fora do Domicílio, solicitando informações acerca dos fatos em tela. Juntada de manifestação apresentada pela supradita Secretaria Estadual de Saúde, aduzindo, em suma, que “tudo que está ao alcance dessa coordenação para a compra de passagem aérea está sendo feito”. 3. Acostamento de Certidão Ministerial, confirmando que, após contato telefônico com a ora reclamante, esta informou a compra das passagens. 4. Promoção do arquivamento. 5. Exaurimento superveniente do objeto. Desnecessidade de novas diligências, *ex vi* Art. 9º, caput, da Lei 7.347/85. 6. Homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.14 Inquérito Civil SIMP nº 000201-172/2018. Origem: 24ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: poluição sonora – estabelecimento “Vandson”. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gianni Vieira de Carvalho. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.4.15 Procedimento Preparatório SIMP nº 000091-172/2017. Origem: 30ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: restrição de uso do espaço público – Parque da Cidadania, Avenida Frei Serafim, Teresina. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gianni Vieira de Carvalho. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.**

1. Realização de audiência extrajudicial com a presença do reclamante e do representante da SDU-Centro/Norte. 2. Acostamento de certidão ministerial confirmando a tentativa ineficaz de contato telefônico com o ora reclamante, com o fito de confirmar seu interesse no prosseguimento do feito. Juntada de informações prestadas pela Coordenadoria do “Parque da Cidadania”, aduzindo que, atualmente, não há agendamento de qualquer aula de Hapkido e Taekwondo no parque ou qualquer requisição junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 3. Promoção de arquivamento. 4. Exaurimento superveniente do objeto. Homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.16 Inquérito Civil SIMP nº 000030-264/2018. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: para fins de mediata elaboração e oportuna implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, no município de Socorro do Piauí-PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.17 Inquérito Civil nº 002/2009 (SIMP nº 000223-236/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Joaquim Pires. Assunto: implementação de medidas hábeis ao combate à febre aftosa. Bem como fiscalizar o cumprimento da exigência legal de transportar ou movimentar animais devidamente acompanhados da Guia de Trânsito Animal – GTA, nos quatro municípios que compõem a Comarca de Joaquim Pires – PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Adriano Fontenele Santos. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.18 Procedimento Preparatório nº 128/2019 (SIMP nº 000180-027/2019). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar possíveis irregularidades em procedimento de transplante *inter vivos*. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Maria das Graças do Monte Teixeira. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.19 Procedimento Preparatório nº 101/2019 (SIMP nº 000141-027/2019). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: acompanhar a doação voluntária de órgão para a realização de transplantes intervivos. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Normando. Compulsando os autos, é possível verificar que a referida doação foi expressamente autorizada pela doadora, com a identificação do órgão e indicação de testemunhas, na forma do art. 9º, §4º, da Lei nº 9.434/97. Audiência Extrajudicial em 01 de outubro de 2019. Vontade livre e manifesta das partes em realizar o presente transplante. Inexistência de quaisquer irregularidades. Desnecessidade de novas diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.20 Inquérito Civil nº 77/2016 (SIMP nº 000138-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: falta de acessibilidade para pessoas com deficiência no Instituto de Ensino Superior de Teresina – IEST. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.21 Inquérito Civil nº 129/2018 (SIMP nº 000222-088/2017). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: averiguar o cancelamento do Benefício Bolsa Família em razão de constar no cadastro o recebimento de salário mensal fora dos padrões do programa. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Retirado de pauta.**

5.4.22 Procedimento Preparatório nº 13/2019 (SIMP nº 001118-325/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: apurar supostas irregularidades no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio, pela Prefeitura Municipal de Barro Duro/PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Ari Martins Alves Filho. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** 1. Procedimento originado de reclamação apresentada por munícipe local, oportunidade em que noticiou que a “Van” responsável pelo transporte de pacientes a esta capital encontrar-se-ia sem funcionar. 2. Remessa de expedientes à gestão municipal de Barro Duro/PI, requisitando informações acerca dos fatos em tela. 3. Acostamento de manifestação encaminhada pelo prefeito ora reclamado, encaminhando a seguinte documentação, em especial: a listagem de veículos que são utilizados para o transporte de pacientes; cópias dos documentos veiculares atualizados; listagem de motoristas prestadores de serviço; relatório das condições de conservação e trafegabilidade dos veículos. 4. Promoção do arquivamento, sob o fundamento de que, em análise das documentações acostadas aos autos, não se vislumbrou a persistência dos problemas aqui carreados. 5. Não demonstração do elemento subjetivo caracterizador da improbidade administrativa, que justifique o prosseguimento do presente feito. 6. Homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.4.23 Inquérito Civil nº 12/2018 (SIMP nº 000638-212/2017). Origem: Promotoria de Justiça de Fronteiras. Assunto: revogação. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eduardo Palácio Rocha. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. retirado de pauta. Retirado de pauta.**

5.4.24 Procedimento Preparatório nº 78/2019 (SIMP nº 000043-027/2019). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar denúncia contra profissionais da Maternidade Dona Evangelina Rosa em realização de parto cesárea. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Avelar Marinho Fortes do Rêgo. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** 1. Procedimento originado de reclamação ofertada por munícipe local, noticiando possível erro médico, ante suposta má suturação de cicatriz cirúrgica. 2. Juntada de Parecer Técnico emitido pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do MP-PI, concluindo pela ausência de elementos que configurem erro médico. 3. Acostamento de informações do Conselho Regional de Medicina, testificando que “não foram observados indícios de deslizes técnicos ou infrações éticas durante o atendimento da paciente em questão”. 4. Não demonstração do elemento subjetivo caracterizador da improbidade administrativa, que justifique o prosseguimento do presente feito. 5. Homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.**

5.4.25 Procedimento Preparatório nº 08/2019 (SIMP nº 000827-325/2018). Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: apuração das informações trazidas pelo “Projeto Eleonardo Teixeira” que objetiva, através do pleno exercício da democracia, fiscalizar as contas públicas como meio para a efetivação do plano de governo dos gestores eleitos, especialmente no município de Barro Duro/PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Ari Martins Alves Filho. **Relatora: Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando.** 1. Procedimento originado de representação ofertada por Força Tarefa Popular, oportunidade em que fora remetido o supradito Plano de Governo, para fins de fiscalização. 2. Encaminhamento de expediente à gestão municipal de Barro Duro/PI, requisitando informações acerca dos fatos em tela. 3. Acostamento de manifestação apresentada pelo prefeito municipal ora representado, informando a existência de programa de trabalho nas áreas de saúde, educação, administração, meio ambiente, esporte e lazer, assistência social, agricultura, obras e serviços, assim como de planilhas orçamentárias relativas aos Programas de Trabalho. 4. Promoção do arquivamento, sob o fundamento de que “as determinações foram atendidas, com envio de documentos comprobatórios”. 5. Não demonstração do elemento subjetivo caracterizador da improbidade administrativa, que justifique o prosseguimento do presente feito. 6. Homologação da promoção de arquivamento. **O Egrégio Conselho**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Superior, à unanimidade, homologou promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Julgado em 29.01.2020, na 1323ª sessão ordinária do CSMP-PI.

6) PARA CONHECIMENTO E DELIBERAÇÃO:

6.1 Documentos oriundos da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí.

6.1.1 Ofício nº 1498/2019-CGMP. Origem: Corregedoria geral do Ministério Público do Estado do Piauí-PI. Assunto: comunicação de encaminhamento de cópia de inspeção realizada na 6ª Promotoria de justiça de Picos/PI, em observância ao disposto no art. 25, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

6.1.2 Ofício nº 1496/2019-CGMP. Origem: Corregedoria geral do Ministério Público do Estado do Piauí-PI. Assunto: comunicação de encaminhamento de cópia de relatório da Correição realizada na Promotoria de Justiça de Beneditinos/PI, em observância ao disposto no art. 25, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

6.1.3 Ofício nº 1499/2019-CGMP. Origem: Corregedoria geral do Ministério Público do Estado do Piauí-PI. Assunto: comunicação de encaminhamento de cópia de relatório de Inspeção realizada 17ª Procuradoria de Justiça de Teresina-PI, em observância ao disposto no art. 25, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

6.1.4 Ofício nº 1502/2019-CGMP. Origem: Corregedoria geral do Ministério Público do Estado do Piauí-PI. Assunto: comunicação de encaminhamento de cópia de relatório de Inspeção realizada na 3ª Procuradoria de Justiça de Teresina/PI, em observância ao art. 25, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

6.1.5 Ofício nº 1503/2019-CGMP. Origem: Corregedoria geral do Ministério Público do Estado do Piauí-PI. Assunto: comunicação de encaminhamento de cópia de relatório de Inspeção realizada na 4ª Procuradoria de Justiça de Teresina/PI, em observância ao art. 25, inciso I, Lei Complementar Estadual nº 12/93.

6.2 Ofícios/Memorandos comunicando instauração ou arquivamento de procedimentos/encaminhando cópias de portarias ou recomendações.

6.2.1 Ofício 29ª PJ nº 1.121/2.019. Origem: 29ª Promotoria da Justiça de Teresina-PI. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento preparatório nº 041/2019 (SIMP: 000076-030/2019), objetivando apurar irregularidades concernentes à negativa de atendimento a uma paciente em situação de vulnerabilidade social.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.2 Ofício 29ª PJ nº 1124/2.019. Origem: 29ª Promotoria da Justiça de Teresina-PI. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento preparatório nº 042/2019 (SIMP: 000073-030/2019), objetivando apurar demora para marcação de consulta com médico Ortopedista na Rede Pública Municipal de Saúde.

6.2.3 Ofício nº 487/2019-44ª PJ. Origem: 44ª Promotoria da Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de ação civil Pública tentando sobre Inquérito Civil nº 39/2014(SIMP: 000011-25/2015), abrangendo irregularidades nas contas do Estado- extrapolação do limite prudencial de gastos com pessoal estabelecido na LRF-distribuída sob o nº 0830684-98.2019.8.18.01740 no Pje, sendo portanto, desnecessária a remessa dos presentes autos a este Conselho superior do Ministério Público para homologação do arquivamento.

6.2.4 Ofício 29ª PJ nº 1.119/2019. Origem: 29ª Promotoria da Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 027/2019 (SIMP: 0000100-030/2019), objetivando acompanhar ações desenvolvidas pela FMS para combate dos vetores da Dengue, Zica e Chinkungunya no Município de Teresina.

6.2.5 Ofício 29ª PJ nº 1.118/2019. Origem: 29ª Promotoria da Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 038/2019 (SIMP: 000062-030/2019), com objeto de apurar possível falta de médicos neonatologistas na Maternidade Wall Ferraz- CIAMCA.

6.2.6 Ofício 29ª PJ nº 1.113/2.019. Origem: 29ª Promotoria da Justiça de Teresina-PI. Assunto: conversão da Notícia de fato nº 067/2019 em Procedimento Preparatório nº 67/2019 (SIMP: 000122-030/2019), objetivando viabilizar a realização de uma avaliação psiquiátrica a um paciente que apresenta comportamento agressivo e dependência química.

6.2.7 Ofício 29ª PJ nº 1103/2.019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo da Notícia de fato nº 093/2019 (SIMP: 000181-030/2019), objetivando apurar possíveis irregularidades na transferência de recém-nascido oriundo do Município de Castelo do Piauí à Maternidade Wall Ferraz- CIAMCA.

6.2.8 Ofício 29ª PJ nº 1125/2.019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 94/2019 (SIMP: 000182-030/2019), objetivando apurar possíveis irregularidades quanto a transferência de paciente gestante, oriunda do hospital Municipal de União sem prévia regulação no Sistema Gestor.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.9 Ofício 29ª PJ nº 1123/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 096/2019 (SIMP: 000184-030/2019), objetivando viabilizar a realização de Procedimento cirúrgico para retirada de pinos metálicos.

6.2.10 Ofício nº 894/2019-2ª PJO. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras-PI. Assunto: comunicação de instauração de Inquérito Civil nº 76/2019 (SIMP: 000282-107/2019, com o fito de apurar possível ofensa ao descumprimento da norma contida no art. 30 da Lei Municipal 1529/1996 pela Prefeitura Municipal de Oeiras, exigindo carga horária superior a 30 horas semanais prevista no Estatuto dos servidores Públicos Municipais, violando o princípio da legalidade, igualdade e impessoalidade administrava, fora das hipóteses excepcionalmente previstas em lei.

6.2.11 Ofício nº 886/2019-2ªPJO. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras-PI. Assunto: comunicação de instauração de Inquérito Civil nº 72/2019 (SIMP: 000229-107/2019), com o fito de apurar possível acúmulo ilegal dos cargos de Controladora Interna do Município de Colônia do Piauí e de Professora efetiva da rede estadual de ensino por parte da servidora Marisane dos Santos Borges da Silva, no município de Colônia do Piauí.

6.2.12 Ofício nº 899/2019-2ªPJO. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras-PI. Assunto: comunicação de instauração de Inquérito Civil nº 74/2019 (SIMP: 000281-107/2019), com o fito de apurar possíveis irregularidades na execução de obras Públicas referentes às construções de: a) uma escola de um pavimento com 4 salas de aula no Povoado Paquetá, município de São João da Varjota, referente ao Procedimento Licitatório Tomada de Preço nº 011/2014, com valor total previsto de R\$ 942.648,00, cujo objeto foi adjudicado à empresa vencedora Construtora TAM LTDA-me, CNPJ nº 16.368.182/0001-98; e b) construção de ginásio poliesportivo do município de São João da Varjota/PI, referente ao Procedimento Licitatório Tomada de Preço nº 009/2013, com valor total previsto de R\$ 372.000,00, cujo objeto foi adjudicado à empresa vencedora B.M Construtora e Imobiliária LTDA, CNPJ nº 06.108.416/0001-04.

6.2.13 Ofício Gab nº 92/2019. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piripiri-PI. Assunto: nova dilação de prazo do investigação por meio do Inquérito Civil nº 07/2016(SIMP: 106-076/2016).

6.2.14 Ofício Gab nº 93/2019. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piripiri-PI. Assunto: nova dilação do prazo de investigação por meio do Inquérito Civil nº 09/2015(SIMP: 017-076/2015).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.15 Ofício Gab nº 91/2.019. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piripiri-PI. Assunto: nova dilação do prazo de investigação por meio do Inquérito Civil nº 13/2015(SIMP: 21-076/2015).

6.2.16 Ofício nº 213/2019. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itaueira-PI. Assunto: arquivamento de Procedimento Administrativo nº 003/2019 (SIMP: 000140-195/2019), instaurado para acompanhar a eleição do Conselho Tutelar da cidade de Flores do Piauí.

6.2.17 Ofício nº 212/2019. Origem: 1º Promotoria de Justiça de Itaueira-PI. Assunto: arquivamento de Procedimento Administrativo nº 002/2019 (SIMP: 000142-195/2019), instaurado para acompanhar a eleição do Conselho Tutelar da cidade de Rio Grande do Piauí.

6.2.18 Ofício nº 211/2019. Origem: 1º Promotoria de Justiça de Itaueira-PI. Assunto: arquivamento de Procedimento Administrativo nº 001/2019 (SIMP: 000143-195/2019), instaurado para acompanhar a eleição do Conselho Tutelar da cidade de Itaueira.

6.2.19 Ofício nº 484/2019. Origem: 44º Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de Ação Civil Pública tratando sobre Inquérito Civil nº 01/2016(SIMP: 000032-025/2016), abrangendo irregularidades perpetradas pelo então Comandante-geral da Polícia Militar do Piauí, que configuram atos de improbidade administrativa constantes no artigo 11, caput, II, IV e VI, da Lei nº 8.429/1992- que violam os Princípios da Administração Pública.

6.2.20 Ofício nº 483/2019. Origem: 44º Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de Ação Civil Pública tratando sobre Inquérito Civil nº 49/2017(SIMP 000038-025/2018), abrangendo nulidade de ato administrativo, que visa corrigir a disparidade existente entre a quantidade de cargos efetivos e comissionados. Por isso o titular da 44ª PJ requer ao Poder Judiciário uma medida liminar determinando ao Legislativo Municipal, no prazo de 90 dias, que lance edital de concurso Público para provimento dos cargos efetivos, com as vagas indicadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, além do cadastro de reserva, para cumprimento da proporcionalidade entre cargos efetivos e em comissão.

6.2.21 Ofício nº 342/2019-35ª PJ. Origem: 35ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de ação civil pública tratando-se de Inquérito Civil nº 52/2014(SIMP: 0000232-022/2017), que apurou irregularidades constantes no desempenho de cargos Públicos ilicitamente acumulados, distribuídos sob o nº 0831185-52.2019.8.18.0140.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.22 Ofício nº 341/2019. Origem: 35ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de ação civil pública tratando-se Inquérito Civil nº39/2014, que coincidiu com o apurado 31/2015 (SIMP: 000100-019.2015), sobre irregularidades concernentes a extrapolação do limite prudencial de gastos com pessoal estabelecido na LRF, na gestão do Sr. Antônio José de Moraes Souza Filho.

6.2.23 Ofício 12ª PJ nº 1807/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de conversão de Notícia de Fato nº 58/2019, em Procedimento Preparatório nº 123/2019, que objetiva averiguar a não realização de procedimento cirúrgico, em decorrência da falta de material no Hospital Getúlio Vargas.

6.2.24 Memorando nº 277/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830976-83.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil Público de nº 51/2018 (SIMP: 000013-033/2018), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimento.

6.2.25 Memorando nº 283/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 08312019-80.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil Público de nº 02/2018 (SIMP: 000037-033/2017), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimento.

6.2.26 Memorando nº 271/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830265-78.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil Público de nº 13/2017(SIMP: 000051-033/2016), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimento.

6.2.27 Memorando nº 1704/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830410-37.2019.8.18.0140, referente aos Inquéritos Cíveis Públicos SIMP: 000044-033/2015 e 000057-033/2019, tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimento.

6.2.28 Memorando nº 275/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de Fato nº 108/2019 (SIMP: 000125-033/2019), aberta com o objetivo de apurar suposta negativa de matrícula ao infante Matheus Alencar de Oliveira no CMEI Jesus Diocesano.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.29 Memorando 38ª PJ nº 273/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 24/2019 (SIMP: 000091-033/2019), instaurado com o objetivo de apurar negativa de matrícula de duas crianças no CMEI Joel Mendes.

6.2.30 Memorando 38ª 278/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 25/2019 (SIMP: 000097-033/2019), instaurado com o objetivo de apurar negativa de matrícula de aluna com necessidades especiais, Maria Clara Sousa Modesto Guimarães, na E.M. Simões Filho.

6.2.31 Memorando nº 285/2019-PI. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de Fato nº 121/2019 (SIMP: 000137-033/2019), aberta com o objetivo de apurar suposta negativa de matrícula à criança Íkaro Ariel Alves da Silva, na E. M. Moaci Madeira Campos, conforme termos de declaração ofertado por Amanda Alves de Sousa.

6.2.32 Memorando nº 286/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830410-37.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil Público de nº 49/2018 (SIMP: 000058-033/2017), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimentos.

6.2.33 Memorando nº 287/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830410-37.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil nº 02/2019 (SIMP: 000057-033/2019), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimentos.

6.2.34 Memorando nº 268/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830537-72.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil nº 04/2018 (SIMP: 000015-033/2017), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimentos.

6.2.35 Memorando nº 282/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação da impetração de Mandato de Segurança nº 0830545-49.2019.8.18.0140, referente ao Procedimento Administrativo nº 24/2019 (SIMP: 000091-033/2019), instaurado com o objetivo de apurar negativa de matrícula de duas crianças no CMEI Joel Mendes.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.36 Memorando nº 284/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0831365.2019.8.18.0140, referente ao Inquérito Civil nº 10/2017(SIMP: 000056-033/2015), tendo em vista a desnecessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público dos autos do aludido procedimentos.

6.2.37 Memorando nº 280/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de Fato nº 107/2019 (SIMP: 0000113-033/2019), aberta com o objetivo de apurar denúncia sobre suposta negativa de matrícula à criança Francisca Daniele Silva do Nascimento Linhares em escolas da rede pública de ensino.

6.2.38 Memorando 38º nº 276/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de Fato nº 122/2019 (SIMP: 000142-033/2019), aberta com o objetivo de apurar suposta conduta inadequada do diretor da Biblioteca Pública Cromwell de Carvalho.

6.2.39 Memorando nº 288/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de Fato SIMP nº 002594-019/2019, aberta com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na atuação de professores de educação física na rede de ensino municipal de Teresina sem o devido registro no conselho regional da categoria.

6.2.40 Memorando nº 290/2019. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 08/2019 (SIMP: 000043-033/2019), instaurado com objetivo de apurar suposta falta de renovação de matrícula de alguns alunos da E.M. Mocaminho.

6.2.41 Ofício nº 697/2019. Origem: 49ª Promotoria de Justiça Teresina-PI. Assunto: arquivamento em face do ajuizamento de Ação Civil Pública nº 0830078-70.2019.8.18.0140 referente ao Inquérito Civil nº 012/2016.

6.2.42 Ofício nº 696/2019. Origem: 49ª Promotoria de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 010/2019 (SIMP: 000044-034/2019).

6.2.43 Ofício 12ª PJ nº 1792/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação da conversão da Notícia de Fato nº 37/2019 (SIMP: 000081-027/2019), em Procedimento Preparatório nº 122/2019, com o objetivo de apurar a qualidade da água nos procedimentos de Hemodiálise no Centro de terapia renal.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.44 Ofício 12ª PJ nº 1787/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Preparatório nº 121/2019, a fim de acompanhar a doação voluntária de transplante inter-vivos.

6.2.45 Ofício 12ª PJ nº 1802/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 75/2019 (SIMP: 000096-027/2019), que objetiva acompanhar as ações da Secretaria de Estado da Saúde no combate e prevenção à doença de mormo especialmente após a constatação de animal enfermo no Hospital Universitário da UFPI.

6.2.46 Ofício 12ª PJ nº 1800/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação do prazo do Procedimento Preparatório nº 74/2019 (SIMP 000096-027/2019), que objetiva acompanhar as ações da Secretaria de Estado da Saúde no enfrentamento à enfermidade “ Febre do Nilo”.

6.2.48 Ofício nº 488/2019-44ª PJ. Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de Ação Civil Pública tratando do Inquérito Civil nº 31/2014(SIMP: 000039-025/2014), abrangendo irregularidades na celebrações de convênios entre a Associação Amigos do Balé e Fundação Cultural do Piauí- FUNDAC, distribuída sobre o nº 0831496-43.2019.8.18.0140 no Pje.

6.2.49 Ofício nº 489/2019-44ª PJ. Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de Ação Civil Pública tratando dos Inquéritos Cíveis nº 32/2014(SIMP: 000040-025/2014) e nº 40/2014(SIMP: 000052-025/2014), abrangendo irregularidades na celebrações de convênios entre a Associação de Arte e Cultura do sertão e a Fundação Cultural do Piauí- FUNDAC, distribuída sobre o nº 0831515-49.2019.8.18.0140 no Pje.

6.2.50 Memorando nº 53/2019-27ª PJ. Origem: 27ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 15/2019 (SIMP: 000006-123/2019), cujo objeto trata de averiguação das contas da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação- FADEX, relativas ao exercício financeiro de 2018.

6.2.51 Ofício nº 1790/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: conversão de Procedimento Preparatório em inquérito Civil nº 37/2019, a fim de apurar a irregular dispensação do fármaco mesalazina 500 mg(comprimido) na Farmácia do Povo do Estado do Piauí.

6.2.52 Ofício 12ª PJ nº 1810/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: Recomendação Administrativa nº 37/2019, dirigida ao responsável técnico do

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

centro de Terapia Renal, para que providencie as medidas necessárias à adequação do Centro de Terapia Renal às condições de qualidade de funcionamento exigíveis, referente ao Procedimento Preparatório nº 122/2019.

6.2.54 Memorando 32ª PJ nº 490/2019. Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: Ação Civil Pública com preceito cominatório de obrigação de não fazer c/c pedido de tutela de urgência, distribuída sob nº 0831417-64.2019.8.18.0140, movida em decorrência de Inquérito Civil nº 05/2019, instaurado com o objetivo de apurar a legalidade das exigências impostas às operadoras de tecnologia de transporte- OTT e aos motoristas prestadores do serviço por ocasião da edição da Lei Municipal nº 5.324/2019 e do Decreto Municipal nº 18.602/2019.

6.2.55 Ofício nº 10-277/2019. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: arquivamento de Notícia de Fato nº 17/2017(SIMP: 404-166/2017), sobre irregularidades em município.

6.2.56 Ofício nº 10-289/2019-GPJAB. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: ajuizamento da Ação Civil Pública de processo de nº 0800561-30.2019.8.18.0072, decorrente do Procedimento Preparatório nº 10/2016(SIMP: 46-255/2017), da Promotoria de São Pedro do Piauí.

6.2.57 Ofício nº 10-282/2019-GPJAB. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: ajuizamento da Ação Civil Pública de processo de nº 0800548-31.2019.8.18.0072, decorrente do Procedimento Preparatório nº 13/2016(SIMP: 47-255/2017), da Promotoria de São Pedro do Piauí.

6.2.58 Ofício nº 10-285/2019-GPJAB. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 02/2018 (SIMP: 35-166/2018), relativo a municipalização do serviço de fornecimento de Água e Saneamento, bem como aplicação de punições a AGESPISA, além de outros.

6.2.59 Ofício nº 10-284/2019-GPJAB. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: ajuizamento da Ação Civil Pública de processo de nº 0800561-30.2019.8.18.0072, decorrente do inquérito Civil nº 19/2018 (SIMP: 246-255/2017), da Promotoria de São Pedro do Piauí.

6.2.60 Ofício nº 10-270/2019. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: comunicação de Notificação Recomendatória nº 04/2019 (SIMP: 000159-166/2019), para fins de fixação dolosa de não cumprimento de decisão judicial em sede de eventual ação de improbidade administrativa.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.61 Memorando nº 7/2019-SU/PHB. Origem: 9ª Promotoria de Justiça de Parnaíba-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 000031-065/2017, instaurado com o escopo de apurar a paternidade da criança Davi dos Santos Galeno.

6.2.62 Ofício 12ª PJ nº 1828/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 18/2019, que objetiva acompanhar a tramitação da Ação Civil Pública da Comarca de Teresina, que versa sobre as irregularidades no laboratório do Hospital Infantil Lucídio Portella, o qual encontra-se em desconformidade com os padrões mínimos de funcionamento exigíveis, apontados nos relatórios da DIVISA, CRF e GEVISA.

6.2.63 Ofício 12ª PJ nº 1822/2019. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Inquérito civil Pública nº 63/2019 (SIMP: 000086-027/2019), que versa sobre possíveis irregularidades no Laboratório do Hospital infantil Lucídio Portela, considerando o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0831264-31.2019.8.18.0140.

6.2.64 Ofício 29ª PJ nº 1.117/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de Inquérito Civil Público nº 049/2018 (SIMP: 000126-030/2018), que versa sobre apuração de demora injustificada para realização de consultas com médico Neurologista na Rede Pública Municipal de Saúde.

6.2.65 Ofício nº 29ª PJ nº 1136/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 044/2019 (SIMP: 000094-030/2019), que versa sobre apuração possível falta de médicos na Unidade Básica de saúde.

6.2.66 Ofício 29ª PJ nº 1142/2.019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de Inquérito Civil nº 51/2018 (SIMP: 000048-030/2018), que versa sobre apurar a falta de cobertura do PSF e ESF, aos moradores do Residencial Dignidade III.

6.2.67 Ofício 29ª PJ nº 1148/2019. 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 092/2019 (SIMP: 000179-030/2019), que versa sobre apurar possíveis irregularidades organizacionais e de funcionamento da Comunidade terapêutica Seara.

6.2.68 Ofício 29ª PJ nº 1.154/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 31/2019, a fim de acompanhar a Ação Civil Pública nº 0015616-49.2016.8.18.0140, que visa a promoção

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de medidas que assegurem o fornecimento de bolsas coletoras(colostomia, urostomia e ileostomia), em qualidade e quantidade preconizada aos pacientes do Programa de Ostomizados do CISLA, de maneira tempestiva e contínua, e a implementação efetiva da portaria 400/2009, através da portaria nº 146/2019.

6.2.69 Ofício 29ª PJ nº 1.008/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo nº 033/2019, a fim de acompanhar a Execução de Título Extrajudicial nº 0803675-98.2018.8.18.0140, que visa garantir a promoção de ações voltadas ao cumprimento de Termo de Ajustamento de conduta firmado pelo Município e pela FMS com o Ministério Público, cujo objeto consiste em medidas necessárias às condições mínimas legalmente exigíveis, através da portaria nº 148/2019.

6.2.70 Ofício nº 491/2019-44ª. Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa por dano ao erário cumulada com ressarcimento(art. 10, caput, VIII, IX e XI , art. 12, II da LIA), distribuído sob o nº 083170512.2019.8.18.0140 no Pje, sendo, portanto desnecessária a remessa dos presentes autos a este Conselho Superior do Ministério Público para homologação do arquivamento.

6.2.71 Ofício 29ª PJ nº 1156/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de conversão de Procedimento Preparatório nº 06/2019, no Inquérito Civil nº 48/2019 (SIMP: 000093-030/2019), que tem por objeto apurar possíveis falhas na manutenção e correção do sistema elétrico do Hospital de urgência de Teresina.

6.2.72 Ofício 29ª PJ nº 1.160/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 32/2019, a fim de acompanhar o mandato de segurança nº 0800107-40.2019.8.18.0140, que visa assegurar a realização do exame de Polissonografia Basal através da Rede Pública Municipal de Saúde.

6.2.73 Ofício 29ª PJ nº 1.170/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 35/2019, a fim de acompanhar a elaboração e implementação do Plano de Atenção Integral e Saúde no Sistema Socioeducativo no Município de Teresina-PI.

6.2.74 Ofício 29ª PJ nº 1.168/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de fato nº 095/2019 (SIMP: 000183-030/2019), com a finalidade de apurar irregularidades quanto à demora para marcação

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de consultas e exames a paciente idoso, hipertenso e diabético, através da Rede Pública Municipal de Saúde.

6.2.75 Ofício 29ª PJ nº 424/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de fato nº 071/2019 (SIMP: 000130-030/2019), com a finalidade de viabilizar acompanhamento e tratamento psiquiátrico a um paciente usuário de entorpecentes, através da Gerência de Saúde Mental da Fundação Municipal de Saúde.

6.2.76 Ofício 29ª PJ nº 1161/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Preparatório nº 68/2019, objetivando apurar possíveis irregularidades no atendimento realizado pelo programa Saúde da Família(PSF), ao menor Francisco Edson do Nascimento Neto, decorrente da notícia de Fato nº 069/2019 (SIMP: 000124-030/2019).

6.2.77 Ofício 29ª PJ nº 1.178/2.019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 36/2019, a fim de acompanhar a Execução de Título Executivo Extrajudicial nº 0801534-09.2018.8.18.0140, que visa garantir a promoção de ações voltadas ao cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Fundação Municipal de Saúde, com endosso do Município de Teresina, com o Ministério Público do estado do Piauí, cujo objeto consiste em medidas necessárias à adequação do Centro Cirúrgico do Centro Cirúrgico do HUT “ Prof. Zenon Rocha” às condições mínimas legalmente exigíveis.

6.2.78 Ofício 29ª PJ nº 1.045/2.019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia de Fato nº 068/2019 (SIMP: 000123-030/2019), cujo objeto consiste em averiguar informações relativas a carência do Medicamento Baclofeno 10 MG, nos estoques da farmácia do hospital de Urgência de Teresina- HUT “ Prof. Zenon Rocha”.

6.2.79 Ofício 29ª PJ nº 1.175/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 34/2019, a fim de acompanhar a Execução de Título Executivo Extrajudicial nº 0804654-60.2018.8.18.0140, que visa garantir a promoção de ações voltadas ao cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Município de Teresina e pela Fundação Municipal de Saúde com o Ministério Público, cujo o objeto consiste em medidas necessárias à adequação da UBS “Dr. Luis Gonzaga Pires-Taboca do Pau Ferrado” às condições mínimas legalmente exigíveis

6.2.80 Ofício nº 724/2019-GPJ. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Simplício Mendes-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

administrativa, por meio de Processo Judicial Eletrônico(PJe), nº 0800522-24.2019.8.18.0075, em face de Arnaldo Araújo Pereira da Costa, referente ao Inquérito Civil Público SIMP nº 000025-264/2018.

6.2.81 Ofício nº 894/2019-28ª PJT. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação da conversão do Procedimento Preparatório nº 06/2019 (SIMP: 000020-29/2019), em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração originária que versa sobre irregularidades na dispensação de cadeiras de rodas pelo município de Teresina-PI, através do CEIR- Centro integrado de Reabilitação.

6.2.82 Ofício nº 727/2019-GPJ. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Simplício Mendes-PI. Assunto: comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, por meio de Processo Judicial Eletrônico(PJe), nº 0800520-54.2019.8.18.0075, em face de Laerte Rodrigues Moraes, referente ao Inquérito Civil Público SIMP nº 000097-237/2019.

6.2.83 Ofício 29ª PJ nº 1.189/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 39/2019, a fim de acompanhar a Ação Civil Pública nº 0803234-54.2017.8.18.0140, que visa a promoção de medidas que assegurem a regularização de toda a estrutura física e funcionamento da Atenção Básica à Saúde do Município de Teresina, em atendimento à legislação pertinente a aos relatórios da GEVISA, corpo de Bombeiros e Coordenação de Perícias e Pareceres Técnicos do Ministério Público do Piauí

6.2.84 Ofício 29ª PJ nº 1.187/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 38/2019, a fim de acompanhar a Execução de Título Executivo Extrajudicial nº 0803330-69.2017.8.18.0140, que visa garantir a promoção de ações voltadas ao cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Fundação Municipal de Saúde e pelo Município de Teresina, com o Ministério Público do Estado do Piauí, cujo objeto consiste em medidas necessárias à adequação do Setor de Radiologia do Hospital e Pronto Socorro do Dirceu II, às condições mínimas legalmente exigíveis.

6.2.85 Ofício 29ª PJ nº 1.185/2019. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 37/2019, a fim de acompanhar a Ação Civil Pública nº 0804070-27.2017.8.18.0140, que visa a promoção de medidas que assegurem o custeio do exame PET-CT(Tomografia por Emissão de Pósitrons), aos pacientes usuários do SUS, que dele necessitarem, para o diagnóstico adequado do atual estágio da doença, com a precisa definição anatômica dos tumores e (ou), linfomas e, conseqüentemente, viabilização do tratamento adequado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.2.86 Ofício nº 619/2019. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 059/2019 (SIMP: 000122-109/2019), visando aplicação de medidas de proteção à infante Lohanny Vitória ferreira Vieira, visando assegurar-lhes condições para o seu integral desenvolvimento, livre, de quaisquer formas de discriminação ou negligência.

6.2.87 Ofício nº 911/2019-PJO. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras-PI. Assunto: prorrogação do prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 007/2018 (SIMP: 000015-107/2018), que visa apurar as irregularidades acerca do acondicionamento dos produtos alimentícios e da atuação deficiente do conselho de alimentação Escolar, proveniente do relatório da CGU nº 201701313, no município de Oeiras/PI.

6.3. OUTROS.

6.3.1 E-DOC Nº 07010060553201961. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000162-101/2018, com o objetivo de fiscalizar e acompanhar o cumprimento da Lei estadual nº 7.098/2018, que dispõe sobre a docência em educação física, na educação infantil, no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares.

6.3.2 E-DOC Nº 07010060559201937. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 051/2019 (SIMP 000056-063/2019), com a finalidade de discutir meios para integração familiar na educação básica municipal no município de Nossa Senhora de Nazaré/PI.

6.3.3 E-DOC Nº 07010060560201961. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000118-101/2019, para acompanhar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado entre o ministério público estadual e a câmara municipal de São José do feixe, cujo objeto é a definição de prazos para a regularização de seu quadro permanente, notadamente ao do cargo de controlador interno, dentre outras providências.

6.3.4 E-DOC Nº 07010060567201983. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Cocal-PI. Assunto: comunicação de promoção de arquivamento da Notícia de Fato nº 43/2019 (SIMP 000793-199/2019), com base nas declarações de Maria Auridete Viana da Silva, que procurou esta Promotoria de Justiça para noticiar o descumprimento de Medida Protetiva pelo ex companheiro Antônio Wilson dos Santos.

6.3.5 E-DOC Nº 07010060606201942. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Corrente-PI. Assunto: comunicação de promoção de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 714-085/2019, sobre irregularidades na área da educação no município de Sebastião Barros.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.6 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000732-060/2019, o qual noticia seu desligamento do quadro de pessoal do Município de Campo Maior sem abertura de qualquer procedimento administrativo.

6.3.7 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000112-063/2019, com o fim de apurar possível ato de improbidade administrativa perpetrado pelo Prefeito Municipal de Nossa Senhora de Nazaré, Sr. Luiz Cardoso De Oliveira Neto, face ao descumprimento das obrigações assumidas em sede de TAC nº 040/2018, cujo objeto diz respeito à acumulação ilegal de cargos públicos por servidores municipais.

6.3.8 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000961-060/2019, registrada para apurar possível ocorrência de manutenção irregular de vínculo pelo município de Campo Maior com servidora já afastada de suas funções. Informou a noticiante que requereu verbalmente seu desligamento da Prefeitura Municipal de Campo Maior no mês de dezembro de 2017 mas que, ao requerer seguro desemprego por conta de posterior vínculo empregatício privado, teve seu requerimento negado, motivado por vínculo ainda ativo com o município de Campo Maior.

6.3.9 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000103-063/2019, instaurada para apuração da prática de ato de improbidade administrativa, a partir da notícia de que o Município de Sigefredo Pacheco/PI estaria, em idos de 2018, com sua despesa com pessoal no percentual de 53,59% de sua RCL, acima do limite prudencial, em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal

6.3.10 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000964-060/2019, instaurada com o fim de apurar notícia de expedição de licenças para realização de eventos no Município de Campo Maior sem o cumprimento das exigências legais.

6.3.11 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000588-060/2019, instaurada a partir do termo de declaração do Sr. Francisco Do

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Nascimento Pereira, o qual notícia remoção de servidor público estadual, vinculado à Secretaria Estadual de Educação, sem o devido procedimento administrativo.

6.3.12 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 000116-063/2019, instaurada de ofício com o fim de apurar potencial ato de improbidade administrativa perpetrado pelo agente público municipal Derivaldo Fortes Alcântara, consistente na acumulação ilegal de 03 (três) cargos públicos, a saber, tesoureiro da Câmara Municipal e Coordenador de Vigilância Sanitária de Nossa Senhora de Nazaré e professor do Município de Campo Maior.

6.3.13 E-DOC Nº 07010060607201997. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato de SIMP nº 001095-060/2019, sobre declaração de Francisco Das Chagas Monteiro, o qual informou que a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior não disponibiliza transporte para que o noticiante realize tratamento oncológico no município de Teresina/PI.

6.3.14 E-DOC Nº 07010060612201916. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Corrente-PI. Assunto: encaminhamento de promoção de arquivamento a Notícia de Fato nº 713-085/2019, sobre retirada de gratificação de regência de uma professora no mês de março de 2019, e dos descontos relativo aos dias em que houve um paralisação da categoria de outra professora.

6.3.15 E-DOC Nº 07010060613201944. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: encaminhamento de Notícia de Fato SIMP nº 000212-101/2019, para averiguar notícia de descumprimento da legislação municipal ,código de postura, a fim de garantir a defesa do meio ambiente, sossego público e a saúde dos moradores circunvizinhos da poluição sonora emitida em razão do funcionamento de metalúrgica.

6.3.17 E-DOC Nº 07010060614201999. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Corrente-PI. Assunto: encaminhamento de Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 776-085/2019, sobre solicitação apoio do Ministério Público para instalação de energia elétrica.

6.3.18 E-DOC Nº 07010054910201951. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca-PI. Assunto: conversão de procedimento preparatório nº 05/2015, em inquérito Civil SIMP nº 000494-174/2016, sobre notícia de que merendeira do Município de Piracuruca recebia remuneração sem a efetiva prestação de serviços e pagava terceiro estranho ao quadro pessoal de Piracuruca para exercer suas atribuições.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.19 E-DOC Nº 07010060652201941. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP nº 1236-361/2019, para acompanhar a celebração do acordo de não persecução penal.

6.3.20 E-DOC Nº 07010060653201996. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano do Piauí-PI. Assunto: comunicação de instauração de Inquérito Civil Público nº 144/2019 (SIMP 000220-101/2019), com o escopo de averiguar a ocorrência de irregularidades no fornecimento de merenda escolar na rede pública municipal de ensino de Floriano, inclusive com indícios de geração de danos ao erário municipal, o que caracteriza, em tese, ato de improbidade administrativa.

6.3.21 E-DOC Nº 07010060673201967. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jaicós-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 025/2019 em Inquérito Civil Público nº 016/2019, (SIMP nº 000298-179/2019), possível irregularidade no repasse das contribuições previdenciárias dos servidores e prestadores de serviços e repasse ao INSS, bem como de não empenho de obrigações patronais, no âmbito do Município de Massapê do Piauí/PI.

6.3.22 E-DOC Nº 07010060684201947. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 10/2016(SIMP 000221-182/2017), haja vista ainda carecer de diligências imprescindíveis ao deslinde das investigações em curso.

6.3.23 E-DOC Nº 07010060688201925. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Regeneração-PI. Assunto: promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 03/2019/PJR-MPPI(SIMP 000851-170/2019), com o objetivo de acompanhar o planejamento e a execução das ações de prevenção e controle das doenças transmitidas pelo "*Aedes Aegypti*", exigidas no Programa Nacional de Controle da Dengue (art. 2º da Portaria SVS MS 29/2006), no âmbito do município de Regeneração/PI, em todos os eixos: controle do vetor, vigilância epidemiológica, assistência, gestão, comunicação e mobilização.

6.3.24 E-DOC Nº 07010060693201938. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 000099-063/2019, para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pelos membros do Comitê de Coordenação responsável pela elaboração da Política Municipal de Saneamento do município de Sigefredo Pacheco/PI decorrente do descumprimento do prazo estabelecido no art. 4º, do Decreto nº 24/2018, para a elaboração do texto da Política Municipal de Saneamento.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.25 E-DOC Nº 07010060694201982 . Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 02/2018 (SIMP 000002-182/2018), haja vista ainda carecer de diligências imprescindíveis ao deslinde da investigação em curso.

6.3.26 E-DOC Nº 07010060698201961. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: encaminhamento de instauração do Procedimento Administrativo nº 94/2019-B(SIMP 001179-361/2019), situação de vulnerabilidade vivenciada pelo adolescente J.M.S.J, bem como suposto abandono deste por seus genitores.

6.3.27 E-DOC Nº 07010060748201918. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000594-060/2019, sobre criança negligenciada pelos genitores drogados.

6.3.28 E-DOC Nº 07010060748201918. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000756-060/2019, sobre demora no agendamento/autorização de exames por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior/PI.

6.3.29 E-DOC Nº 07010060748201918. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000870-060/2019, sobre reclamação de senhora que tem problemas de depressão, hernia de disco e osteofitose (bico de papagaio), que a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior está negando o fornecimento dos medicamentos Amato 25mg, Revange 50 mg e Gabapentina 600 mg, que necessita urgentemente dessas três medicações.

6.3.30 E-DOC Nº 07010060750201989. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000108-063/2019, com o fim de apurar possível ato de improbidade administrativa relativa a não cumprimento de requisição ministerial pelo então Presidente da Comissão Permanente de Licitações de Sigefredo Pacheco, Sr. Antônio Soares de Sousa Neto.

6.3.31 E-DOC Nº 07010060752201978 . Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 027/2017 (SIMP 436-182/2017).

6.3.32 E-DOC Nº 07010060752201978. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 39/2018 (SIMP 598-182/201).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.33 E-DOC Nº 07010060752201978. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 12/2019 (SIMP 223-182/2019).

6.3.34 E-DOC Nº 07010060752201978. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 28/2019 (SIMP 463-182/2019).

6.3.35 E-DOC Nº 07010060752201978. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 04/2016 (SIMP 211-182/2017).

6.3.36 E-DOC Nº 07010060755201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 042/2019 em Procedimento Administrativo(SIMP 000232-143/2019), tendo por objeto pedido de providências em razão da situação de inadimplência fiscal da U. E. Elon Machado Moita de Lagoa Alegre/PI.

6.3.37 E-DOC Nº 07010060757201917. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União-PI Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 047/2019 (SIMP 000248-143/2019), em Procedimento Administrativo tendo por objeto apurar suposta situação de negligência e abuso financeiro contra pessoa idosa.

6.3.38 E-DOC Nº 07010058649201968. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Luís Correia-PI. Assunto: instauração de Inquérito Civil público nº 011/2019 (SIMP 001063-197/2019), com o objetivo de colher informações do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Luís Correia, com relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social ou vulnerabilidade familiar e portadoras de deficiência física e mental no próprio município.

6.3.39 E-DOC Nº 07010060810201963. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP nº 282-089/2019, em Procedimento Administrativo nº 88/2019-B, sobre relato do Conselho Tutelar de Geminiano-PI sobre o uso de bebidas alcoólicas por menores de idade naquela urbe.

6.3.40 E-DOC Nº 07010060812201952. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jaicós-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 007/2019 em Inquérito Civil Público nº 015/2019 (SIMP000257-179/2019), que versa sobre a possível existência de irregularidades nas Tomadas de Preços nº 003/2017 e nº 004/2017, destinadas, a primeira, à prestação de serviços de conclusão do remanescente da obra de construção

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

do espaço educativo com 06 (seis) salas e a segunda, à pavimentação de paralelepípedos no município de Massapê do Piauí-PI.

6.3.41 E-DOC Nº 07010060817201985. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000078-101/2019, sobre averiguar violação de direitos fundamentais do idoso Severino José do nascimento, bem como garantir a sua inclusão na rede de atenção básica de saúde e assistência social, com o seu efetivo acompanhamento à luz dos princípios da administração pública e da dignidade da pessoa humana.

6.3.42 E-DOC Nº 07010060833201978. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000164-101/2019O, sobre averiguação de violação de direitos fundamentais da idosa Maria das Dores Andrade dos santos, bem como garantir a sua inclusão na rede de atenção básica de saúde e assistência social, com o seu efetivo acompanhamento à luz dos princípios da administração pública e da dignidade da pessoa humana.

6.3.43 E-DOC Nº 07010060841201914. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento do Procedimento administrativo SIMP nº 000147-101/2019, sobre fiscalização e acompanhamento de cumprimento de termo de ajustamento de conduta celebrado entre o ministério público estadual do piauí e o sr. luís da silva alcântara, consistente no compromisso de utilizar seu aparelho de som, na sua residência, com intensidade máxima de 50 decibéis, a fim de não violar o direito à saúde, meio ambiente e o sossego dos moradores circunvizinhos, sem prejuízo da execução forçada da multa em caso de descumprimento injustificado, bem como tomar as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias, conforme o caso.

6.3.44 E-DOC Nº 07010060845201919. Origem: 1ª Promotoria de Justiça Itainópolis-PI . Assunto: comunicação de arquivamento do procedimento administrativo nº 19-2018 (SIMP 000192-267/2018), com vistas averiguar a denúncia registrada no Disque Direitos Humanos sob o protocolo nº 1656221, relatando a situação de risco/vulnerabilidade da idosa Zulmira Vitalina, tendo em vista ser vítima de violência institucional e negligenciada por Sr. Francisco, conhecido como “Neném”, seu sobrinho.

6.3.45 E-DOC Nº 07010060853201949. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itainópolis-PI Assunto: comunicação de arquivamento do procedimento administrativo nº 32-2019 (SIMP 000097-267/2019), instaurado com o objetivo de apreciar notícia da existência de esgoto à céu aberto na rua Projetada 2, em Itainópolis-PI.

6.3.46 E-DOC Nº 07010056982201932. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 88/2018 em Procedimento

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Administrativo nº 23/2019 (SIMP 001546-255/2018), a fim de apurar a situação de Maria Neres de Sena e Antônio Custódio, idosos residentes em Agricolândia-PI.

6.3.47 E-DOC Nº 07010055866201912. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 05/2019 em Procedimento Administrativo nº 32/2019 (SIMP 000026-255/2019), a fim de apurar a situação de Leonice Maria da Conceição, pessoa com deficiência mental, residente em São Gonçalo do Piauí-PI.

6.3.48 E-DOC Nº 07010055382201957. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí-PI. Assunto: conversão da Procedimento Preparatório nº 08/2018 em Inquérito Civil nº 11/2019 (SIMP 000350-150/2017), afim de apurar possível cometimento de ato de improbidade administrativa na contratação firmada com Carvalho e Oliveira Advogados Associados pela prefeitura de Miguel Leão.

6.3.49 E-DOC Nº 07010054935201954. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí – PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 72/2017, em Procedimento Administrativo nº 14/2019 (SIMP 000940-255/2017), a fim de apurar as condições em que vive Ana da Cruz Alves, idosa residente em São Pedro do Piauí – PI.

6.3.50 E-DOC Nº 07010054879201958. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 162/2017, em Procedimento Administrativo nº 17/2019 (SIMP 002194-255/2017), a fim de apurar as condições em que vive o menor de iniciais GV, filho de Marlene Maria da Conceição, residente e domiciliada em São Pedro do Piauí – PI.

6.3.51 E-DOC Nº 07010060858201971. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 000227-101/2019, sobre averiguação da existência de escolas funcionando com ato autorizativo vencido, junto ao conselho estadual de educação do piauí – CEE/PI, resolução CEE/PI nº 111/2018, no âmbito da rede municipal de ensino de arraial, bem como tomar as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis no caso de comprovação da legislação pertinente.

6.3.52 E-DOC Nº 07010060860201941. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Cocal-PI. Assunto: comunicação de promoção de arquivamento Notícia de Fato nº 45/2019 (SIMP 000823-199/2019), com o objetivo de apurar infrações ambientais referentes ao comércio varejista de madeira serrada, na empresa Maria Demir de Sousa Brito ME (CNPJ: 28.259.469/001-69), localizada na Rodovia P1211 nº 1010, Bairro Santa Teresinha, município de Cocal-PI.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.53 E-DOC Nº 07010060859201916. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação do arquivamento do Inquérito Civil nº 72/2017(SIMP 000844-182/2017), sobre ato de improbidade administrativa.

6.3.54 E-DOC Nº 07010060862201931. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 41/2019 (SIMP: 000094-174/2019), em Procedimento Administrativo nº 21/2019, sobre poluição sonora.

6.3.55 E-DOC Nº 07010060864201929. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jaicós-PI. Assunto: comunicação de conversão de Notícia de Fato nº 023/2019 em Procedimento Administrativo nº 037/2019 (SIMP 000291-179/2019), sobre supostas irregularidades no município de Massapê do Piauí-PI.

6.3.56 E-DOC Nº 07010060870201986. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jerumenha-PI. Assunto: instauração de Procedimento Administrativo nº 14/2019 (SIMP 414-203/2019), para acompanhar a situação dos menores P.H.S.L e D.C.S.L e apurar possível situação de risco e vulnerabilidade, de modo a subsidiar, se for o caso, a adoção das medidas judiciais cabíveis.

6.3.57 E-DOC Nº 07010060871201921. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jerumenha – PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de Inquérito Civil Público nº 08/2019 (SIMP 415-203/2019), tem por objeto investigar e apurar o pagamento de diárias em excesso e sem justificativa para o Prefeito, Secretária de Educação, Secretária de Assistência Social, Secretário de Administração e Secretário de Agricultura do Município de Canavieira-PI.

6.3.58 E-DOC Nº 07010057023201934. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí-PI. Assunto: conversão de Procedimento Preparatório nº 16/2017 em Inquérito Civil Público nº 02/2019 (SIMP 002169-255/2017), a fim de apurar a existência e a regulamentação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa em São Pedro do Piauí-PI.

6.3.59 E-DOC Nº 07010060880201911. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil Público nº 80/2018 (SIMP 000147-088/2016).

6.3.60 E-DOC Nº 07010060920201925. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Cocal-PI. Assunto: promoção de arquivamento Notícia de fato nº 41/2019 (SIMP 000731-199/2019), sobre declaração de idoso, com problemas com sua ex- companheira.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.61 E-DOC Nº 07010060941201941. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: decisão de arquivamento para o Procedimento Administrativo(SIMP 000007-101/2019), sobre averiguação de violação a direitos fundamentais da idosa maria do socorro carvalho paixão, bem como garantir a sua inclusão na rede de atenção básica de saúde e assistência social com o seu efetivo acompanhamento à luz dos princípios da administração pública e da dignidade da pessoa humana.

6.3.62 E-DOC Nº 07010060978201979. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro-PI. Assunto: comunicação o arquivamento do Inquérito Civil nº 22/2017(SIMP 000060-182/2017), sobre não passe de montante do município de Lagoa do São Francisco.

6.3.63 E-DOC Nº 07010060992201972. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 20/2019 (SIMP 000092-174/2019), sobre verificar suposta situação de agressão física.

6.3.64 E-DOC Nº 07010060997201911. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: encaminhamento de Notificação Recomendatória nº 04/2019 SIMP 000159-166/2019, para fins de fixação dolosa de não cumprimento de decisão judicial em sede de eventual ação de improbidade administrativa, para que, sob pena de responsabilidade, cumpra a decisão proferida nos autos do processo judicial.

6.3.65 E-DOC Nº 07010061031201985. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Urucuí-PI. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento administrativo nº 18/2018,(SIMP 000237-206/2018), para investigar possível situação de constrangimento a que teria sido submetida a adolescente Maria Clara da Conceição Cabral.

6.3.66 E-DOC Nº 07010061042201965. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina Maior-PI. Assunto: conversão da Notícia De Fato nº 55/2019 (SIMP 585-161/2019), em Procedimento Administrativo, sobre situação de risco vivenciada pela idosa Luiza, residente no Conjunto Bernardo Rego de Aguiar, quadra 01, casa 11, por trás da escola técnica, Município de Esperantina/PI.

6.3.67 E-DOC Nº 07010061048201932. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Notícia De Fato nº 27/2019 (SIMP 000826-310/2019), risco de choque elétrico em quadra de esportes.

6.3.68 E-DOC Nº 07010060899201968. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba -PI. Assunto: comunicação de arquivamento da notícia de fato SIMP 000041-065/2019, sobre possíveis irregularidades na comercialização de gás natural em Parnaíba-PI.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.69 E-DOC Nº 07010061049201987. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação arquivamento do Inquérito Civil nº 099/2019 (SIMP 001172-310/2019), sobre apuração ato de improbidade administrativa.

6.3.70 E-DOC Nº 07010061050201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João-PI. Assunto: comunicação arquivamento do Inquérito Civil nº 125/2019 (SIMP 001354-310/2019), para investigar a conduta do Sr. José Francisco Assis Magalhães, após o conhecimento de prestação de contas do Município de João Costa, referente ao exercício financeiro de 2013, que tramitou perante o Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

6.3.71 E-DOC Nº 07010061084201912. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo SIMP 267-101/2019, sobre averiguar violação do direito à saúde da usuária do SUS Francisca Dagilmar Ferreira por conduta omissiva do Estado do Piauí e Município de Floriano.

6.3.72 E-DOC Nº 07010061086201995. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: instauração de Procedimento Administrativo SIMP 271-101/2019, para averiguar condição de negligência familiar da idosa MARIA, conhecida como “MAROCA”, e, uma vez assim demonstrado, garantir a proteção de seus direitos fundamentais, a luz dos princípios constitucionais, bem como tomar as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias.

6.3.72 E-DOC Nº 07010061142201991. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Batalha-PI. Assunto: ajuizada Ação Civil Pública nº 0800470-36.2019.8.18.0040, referente ao Procedimento Administrativo SIMP nº 0000118-164/2017, a fim de verificar a ocorrência de desmatamento e corte de morro, localizado no Bairro Santa Fé II, na zona urbana do Município de Batalha, ocasionando risco de erosão e deslizamento de terras, com perigo para os moradores vizinhos ao local, além de dano ambiental.

6.3.75 E-DOC Nº 07010058511201969. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Demerval Lobão-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato SIMP nº 000434-173/2019 em Procedimento Investigatório Criminal nº 004/2019, cujo o escopo é apurar suposta prática de crime contra a administração pública.

6.3.76 E-DOC Nº 07010055147201985. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Piracuruca-PI. Assunto: comunicando a conversão da Notícia de Fato nº 015/2019 (SIMP 000440-173/2019), no Procedimento Investigatório Criminal nº 003/2019, cujo escopo é investigar a prática do delito de estelionato pelo advogado Antônio Joaquim dos Santos Fortes Filho.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.77 E-DOC Nº 07010061171201953. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de conversão de Notícia de Fato SIMP nº 292-156/2019.

6.3.78 E-DOC Nº 07010061176201986. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 202/2019 (SIMP 000292-156/2019), em Procedimento Administrativo nº 019/2019.

6.3.79 E-DOC Nº 07010061197201918. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Batalha Jesus-PI. Assunto: conversão de Procedimento em Inquérito Civil nº 253-164/2016, cujo objeto principal é apurar a regulamentação da concessão da Licença Especial, prevista no Art. 91, inciso VI e Art. 99 e seguintes da Lei Municipal nº 497/1999 e Licença Prêmio à assiduidade prevista no artigo 77, inciso VII e Art. 100 e seguintes da Lei Municipal nº 699/2010 e dá outras providências.

6.3.80 E-DOC Nº 07010061198201946. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus-PI. Assunto: promoção de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 711-085/2019, sobre relato de atraso no pagamento de vencimentos dos servidores, relativos ao mês de julho/2019, pela Secretaria Municipal de Educação de Cristalândia.

6.3.81 E-DOC Nº 07010061205201918. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piripiri-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 03/2017(SIMP 10-075/2017), sobre possível situação de risco da prole de Francisca de Maria de Sousa Duarte(a “Chica Pandora”).

6.3.82 E-DOC Nº 07010061209201998. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 20/2018 (SIMP 000233-088.2017), cujo mote foi a solicitação de implantação de redutor de velocidade na zona rural de Santana/PI, em virtude de alto índice de veículos que trafegam em alta velocidade na localidade, colocando em risco a vida dos moradores.

6.3.83 E-DOC Nº 07010061209201998. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 191/2017(SIMP 000215-088.2016), cujo mote trata-se de fiscalizar e acompanhar a falta de segurança no referido órgão.

6.3.84 E-DOC Nº 07010061209201998. 1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 75/2019-B(SIMP 000475-089/2019), para acompanhar a adolescente Kaline Selestina de Sousa, vítima de suposto abuso sexual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.85 E-DOC Nº 07010061241201973. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 97/2019-B (SIMP 974-361/2019), suposto abuso sexual praticado em face da adolescente M.R.S.L.

6.3.86 E-DOC Nº 07010061245201951. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: prorrogação referente a Notícia de Fato nº 209/2019 (SIMP 541-156/2019).

6.3.87 E-DOC Nº 07010061256201931. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca-PI. Assunto: promoção de arquivamento Notícia de Fato 33/2019 (SIMP 000643-199/2019), sobre denúncia anônima, noticiando que Francisco, pessoa com doença mental, encontra-se em situação de vulnerabilidade.

6.3.88 E-DOC Nº 07010061271201981. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itainópolis-PI. Assunto: decisão de arquivamento de Inquérito Civil Público nº 02/2017(SIMP 196-267-2018), sobre ação de improbidade administrativa.

6.3.89 E-DOC Nº 07010061262201999. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo de Atuação-GACEP. Assunto: instauração de Procedimento Administrativo nº 041/2019 (SIMP 000192-225/2019), instaurado com a finalidade de acompanhar e buscar soluções para os problemas detectados(Estrutura física, acondicionamento e guarda dos prontuários de registro civil em situação crítica, precária e risco de incêndio) no Instituto de Identificação João de Deus Martins.

6.3.90 E-DOC Nº 07010061262201999. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo de Atuação-GACEP. Assunto: instauração de Procedimento Administrativo nº 004/2019 (SIMP 000193- 225/2019), com a finalidade de realizar estudos e pesquisas sobre as atribuições relativas à Segurança Pública e ao Controle Externo Concentrado da Atividade Policial no MPPI.

6.3.91 E-DOC Nº 07010061307201925. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório SIMP 000019-025/2019, em Inquérito Civil apura responsabilidades no rompimento da lagoa situada no Bairro Parque Rodoviário, em Teresina/PI, em abril/2019, após intenso período de chuvas nesta Capital, resultando em danos ambientais, destruição de moradias, prédios e equipamentos públicos, lesões corporais e mortes.

6.3.92 E-DOC Nº 07010061308201971. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento Notícia de Fato nº 152/2019,(SIMP 400-156/2019), sobre despesas fragmentadas de forma a burlar a lei de licitações.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.93 E-DOC Nº 07010061314201927. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de arquivamento Notícia de Fato nº 161/2019 (SIMP 418-156/2019), referente a suposta situação de negligência e maus-tratos em desfavor de Cosma Maria da Conceição.

6.3.94 E-DOC Nº 07010061318201913. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Batalha-PI. Assunto: comunicação de prorrogação do prazo do Inquérito Civil SIMP nº 000422-164/2017, cujo objetivo é averiguar denúncia de supostas irregularidades na contratação do escritórios de advocacia Barros & Lima Advogados Associados LTDA S/C e Ferreira & Moura Advogados Associados pela prefeitura do Município de Batalha, na gestão 2013 a 2016.

6.3.95 E-DOC Nº 07010061320201984. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos -PI. Assunto: comunicação de arquivamento da Notícia de Fato nº 213/2019 (SIMP 000553-156/2019), sobre fins de averiguar possível situação de risco pessoal e/ou vulnerabilidade social vivenciada pela criança.

6.3.96 E-DOC Nº 07010061329201995. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000149-101/2019, que versa sobre averiguação da existência de esgoto a céu aberto e omissão do município na limpeza da Rua Nelson Rodrigues, Bairro Santa Rita.

6.3.97 E-DOC Nº 07010061350201991. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 49/2019 (SIMP 000289-090/2019), que versa sobre acompanhamento de requerimento de internação compulsória para a PCD Fabiolo Eduardo Nunes.

6.3.98 E-DOC Nº 07010061348201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 38/2018 (SIMP 000470-182/2018), haja vista ainda carecerem de diligências imprescindíveis ao deslinde da investigação em curso.

6.3.99 E-DOC Nº 07010061348201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação da prorrogação de prazo de conclusão do Inquérito Civil 36/2018 (SIMP 000382-182/2018), haja vista ainda carecerem de diligências imprescindíveis ao deslinde da investigação em curso.

6.3.101 E-DOC Nº 07010061351201935. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 65/2018-B(SIMP 001213-089/2018), que versa sobre abuso sexual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.102 E-DOC Nº 07010061351201935. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 65/2018-B(SIMP 001213-089/2018), que versa sobre criança em situação de risco.

6.3.103 E-DOC Nº 07010057531201912. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Simões-PI. Assunto: comunicação de instauração de Procedimento Administrativo nº 01/2019 SIMP: 000094-186/2016, sobre acompanhamento da política pública de ações de prevenção e combate à dengue no Município de curral Novo do Piauí-PI.

6.3.104 E-DOC Nº 07010061356201968. Origem: 2ª promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento, do Procedimento Administrativo SIMP nº 000044-102/2019, que versa sobre averiguação de violação e garantia de direitos fundamentais de menor Adilson Rodrigues De Sousa.

6.3.105 E-DOC Nº 07010061366201911. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento, do Inquérito Civil Público nº 32/2019 (SIMP 000155-088/2018), instaurado a partir de denúncia de irregularidade no aumento salarial dos Secretários do Município de Santa Cruz/PI, sem qualquer fato concreto para instauração.

6.3.106 E-DOC Nº 07010061369201937. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de Notícia de Fato nº 182/2019 (SIMP 001467-310/2019).

6.3.107 E-DOC Nº 07010061369201937. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de Notícia de Fato nº 178/2019 (SIMP 001444-310/2019).

6.3.108 E-DOC Nº 07010061369201937. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de Notícia de Fato nº 179/2019 (SIMP 001445-310/2019).

6.3.109 E-DOC Nº 07010061369201937. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de Notícia de Fato nº 176/2019 (SIMP 001438-310/2019).

6.3.110 E-DOC Nº 07010061371201914. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo, de Notícia de Fato 174/2019 (SIMP 001343-310/2019).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.111 E-DOC Nº 07010061377201983. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo, de Procedimento Administrativo nº 032/2018 (SIMP 000765-310/2018).

6.3.114 E-DOC Nº 07010061379201972. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de conversão de Notícia de fato nº 012/2019, em Procedimento Administrativo nº 08/2019 (SIMP 208-214/2018).

6.3.115 E-DOC Nº 07010061424201999. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação da instauração de Inquérito Civil Público nº 017/2019 (SIMP 581-156/2019), com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na Unidade Hospitalar de Altos, especificamente, quanto a falta de medicamentos e insumos.

6.3.116 E-DOC Nº 07010061436201913. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itainópolis-PI. Assunto: comunicação da instauração do Procedimento Administrativo nº 47/2019 (SIMP 000758-267/2019), para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das recomendações elaboradas no relatório técnico da Gerência de Atenção Básica do Estado do Piauí para regularizar as UBS's de Itainópolis.

6.3.117 E-DOC Nº 07010061517201913. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itainópolis-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Inquérito Civil Público nº 05/2018 (SIMP 000020-267/2018), que versa sobre apuração de irregularidades na prestação de contas do Exercício de 2013, praticadas por a Sra. Maria José Estelita de Jesus.

6.3.118 E-DOC Nº 07010061522201926. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jaicós-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato 016.2019, em Procedimento Administrativo nº 038/2019 (SIMP 000267-179/2019), com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades na contratação de Policiais Militares pelo Município de Massapê do Piauí-PI, no ano de 2017.

6.3.119 E-DOC Nº 07010061514201981. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 144/2019 (SIMP 000987-310/2019), em Inquérito Civil, sobre improbidade administrativa.

6.3.120 E-DOC Nº 07010061523201971. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento, do Inquérito Civil nº 076/2018 (SIMP 000529-310/2018), sobre apuração ato de improbidade administrativa.

6.3.121 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 09/2018 (SIMP 090-182/2018).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.122 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 30/2018 (SIMP 325-182/2018).

6.3.123 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 37/2018 (SIMP 440-182/2018).

6.3.124 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 17/2014(SIMP 226-182/2017).

6.3.125 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 29/2016(SIMP 155-182/2017).

6.3.126 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 02/2017(SIMP 039-182/2017).

6.3.127 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 29/2018 (SIMP 323-182/2018).

6.3.128 E-DOC Nº 07010061549201919. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de conclusão de Inquérito Civil nº 41/2018 (SIMP 573-182/2018).

6.3.129 E-DOC Nº 07010061580201951. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de Procedimento Administrativo nº 08/2019 (SIMP 321-214/2018).

6.3.130 E-DOC Nº 07010061617201941. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras-PI. Assunto: comunicado de instauração de Inquérito Civil nº 75/2019 (SIMP 000280-107/2019), com o fito de apurar possível pagamento irregular por parte da Prefeitura Municipal de São João da Varjota ao secretário de Administração José Carlos Barbosa de Carvalho, causando prejuízo ao erário, bem como a nomeação deste como Presidente da Comissão de Licitação do município, ferindo princípios administrativos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.131 E-DOC Nº 07010061621201916. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo nº 92/2019-B(SIMP 001239-361/2019), sobre adolescente em situação de risco.

6.3.132 E-DOC Nº 07010061494201947. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo(SIMP 000088-093/2019), que versa sobre acompanhamento do Acordo de Não Persecução Penal, firmado nos autos do inquérito nº 1446-37.2018.8.18.0032.

6.3.133 E-DOC Nº 07010061491201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 216/2019 (SIMP 559-156/2019).

6.3.134 E-DOC Nº 07010061485201956. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 191/2019 (SIMP 503-156/2019), sobre apuração de paternidade.

6.3.135 E-DOC Nº 07010061635201921. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus-PI. Assunto: encaminhamento de Termo de Ajustamento de Conduta nº 26/2019, do Inquérito Civil Público nº 37/2019 (SIMP 000470-182/2019), que versa sobre proteção e prevenção à crianças em situação de risco.

6.3.136 E-DOC Nº 07010061638201965. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: Recomendação nº 012/2019, referente ao Inquérito Civil Público nº 018/2019 (SIMP 603-156/2019), para a proteção do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos.

6.3.137 E-DOC Nº 07010061679201951. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina-PI. Assunto: comunicação de promoção do Procedimento Preparatório nº 13/2019,(SIMP 000930-161/2018), sobre informação acerca de Arquivamento de Inquérito Civil.

6.3.138 E-DOC Nº 07010061675201973. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato nº 060/2019 (SIMP 000351-143/2019), em Inquérito Civil, sobre improbidade administrativa.

6.3.139 E-DOC Nº 07010060112201968. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil-PI. Assunto: comunicação de prorrogação, de Correição interna no âmbito do Procedimento Administrativo SIMP nº 000558-221/2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.140 E-DOC Nº 07010061668201971. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União-PI. Assunto: comunicação de instauração de Inquérito Civil nº 3/2019 (SIMP 000566-143/2019), para apurar possível lesão ao patrimônio público material e imaterial do Estado do Piauí, em ato de improbidade administrativa.

6.3.141 E-DOC Nº 07010061667201927. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itainópolis do Piauí – PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 10/2019 (SIMP 000167-267/2019), que versa sobre acompanhamento de menor, em possível situação de risco e vulnerabilidade social.

6.3.142 E-DOC Nº 07010061664201993. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União-PI. Assunto: comunicação de conversão de Notícia de fato nº 051/2019 (SIMP 000248-143/2019), em Procedimento Administrativo.

6.3.143 E-DOC Nº 07010061663201949. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Luís Correia-PI. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 089/2019 (SIMP 000877-197/2019), sobre eventual crime de maus tratos a menores.

6.3.144 E-DOC Nº 07010061440201981. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Jaicós-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 014/2019 (SIMP 0000253-179/2019), sobre situação de idosa.

6.3.145 E-DOC Nº 07010061482201912. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação de prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 80/2017(SIMP 000873-182/2017).

6.3.146 E-DOC Nº 07010061642201923. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo da Notícia de Fato SIMP nº 000057-067/2019), sobre denúncia envolta de criança.

6.3.147 E-DOC Nº 07010061661201951. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Parnaíba-PI. Assunto: comunicação de arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000308-055/2019, para apurar a destinação e utilização de verba pública em prol da associação "Associação De Pais Amigos Dos Excepcionais de Parnaíba", CNPJ: 06.794.416/0001-05, ao qual supostamente teria recebido recursos financeiros através de emenda parlamentar do exercício financeiro de 2018.

6.3.148 E-DOC Nº 07010061755201929. Origem: GERCOG-Grupo Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem-PI. Assunto: comunicação de Prorrogação de Prazo do Inquérito Civil 001/2017(SIMP 000003-215/2017), com o fito de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

apurar irregularidades nos âmbitos criminal, cível e administrativo na aquisição e venda de terras particulares e públicas na Comarca de Bom Jesus/PI.

6.3.149 E-DOC Nº 07010061823201951. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus-PI. Assunto: comunicação de conversão de Notícia de fato em Procedimento Preparatório nº 04/2015(SIMP 000239- 081/2016), em Procedimento Preparatório nº 01/2019, para continuar a apuração dos fatos e supostas irregularidades ocorridas no bojo de contratação supracitada.

6.3.150 E-DOC Nº 07010061835201984. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca-PI. Assunto: prorrogação do prazo do Procedimento Preparatório nº 06/2019 (SIMP 000116-174/2019).

6.3.151 E-DOC Nº 07010061848201953. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Luís Correia – PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato 29/2018 (SIMP 000010-197/2019), notícia suposta atuação parcial do Procurador do Município de Luís Correia/PI, o Dr. Mauro Monção Da Silva, através do Ofício nº 11/2018, no Procedimento Administrativo nº 04911.002156/2017- 60, bem como suposta gratificação ilegal recebida pelo citado Procurador municipal.

6.3.152 E-DOC Nº 07010061868201924 . Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato nº 140/2019 (SIMP 000975-310/2019), em Inquérito Civil, para investigar e apurar irregularidade, bem como apurar atos de improbidade administrativa do Gestor Municipal-Leôncio Leite de Sousa e de outros responsáveis.

6.3.153 E-DOC Nº 07010061868201924. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato nº 158/2019 (SIMP 001062-310/2019), em Inquérito Civil, para acompanhar a apuração da suposta irregularidade, bem como apurar atos de improbidade administrativa do Gestor Municipal-Gil Carlos Modesto Alves e de outros responsáveis.

6.3.154 E-DOC Nº 07010061868201924. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato nº 153/2019 (SIMP 001048-310/2019), em Inquérito Civil, para acompanhar a apuração da suposta irregularidade, bem como apurar atos de improbidade administrativa do Gestor Municipal-Gil Carlos Modesto Alves e de outros responsáveis.

6.3.155 E-DOC Nº 07010061869201979. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de Notícia de Fato nº 183/2019 (SIMP 001508-310/2019).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.156 E-DOC N° 07010061870201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Notícia de Fato nº 168/2019 (SIMP 001181-310/2019), sobre situação de vulnerabilidade de criança.

6.3.157 E-DOC N° 07010061870201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 005/2018 (SIMP 000355-310/2018), sobre situação de vulnerabilidade de adolescente.

6.3.158 E-DOC N° 07010061870201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 061/2018 (SIMP 000056-310/2018), sobre pessoa idosa em situação de vulnerabilidade.

6.3.159 E-DOC N° 07010061870201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 054/2018 (SIMP 001149-310/2018), sobre acompanhamento de recomendação expedidas ao Município de Lagoa do Barro do Piauí.

6.3.160 E-DOC N° 07010061879201912. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de instauração de PATAC, Procedimento Administrativo nº 010/2019 (SIMP 000013-063/2019), para Termo de Ajustamento de Conduta, que versa sobre improbidade administrativa.

6.3.161 E-DOC N° 07010061788201979. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: ajuizamento da Ação Civil Pública de processo de nº 0800561-30.2019.8.18.0072, decorrente do Inquérito Civil Público nº 19/2018 (SIMP 246-255/2017) da Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí.

6.3.162 E-DOC N° 07010061764201911. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: ajuizamento da Ação Civil Pública de processo de nº 0800561-30.2019.8.18.0072, decorrente do Procedimento Preparatório nº 10/2016(SIMP 46-255/2017), da Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí.

6.3.163 E-DOC N° 07010061749201971. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Água Branca-PI. Assunto: ajuizamento da Ação Civil Pública de processo de nº 0800548-31.2019.8.18.0072, decorrente do Procedimento Preparatório nº 13/2016(SIMP 47-255/2017), da Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.164 E-DOC Nº 07010061887201951. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: conversão de Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, SIMP nº 189-101/2019, para averiguar violação aos direitos fundamentais do aluno Guilherme Leal Santos, portador de retardo mental leve, bem como garantir um acompanhamento especializado em sala de aula para auxiliá-lo no processo de ensino-aprendizagem.

6.3.165 E-DOC Nº 07010061895201913. Origem: 9ª Promotoria de Justiça de Parnaíba-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 001502-055/2016, instaurado com o escopo de realizar o reconhecimento de paternidade do menor Enzo Gabriel de Deus Alves de Paula pelo Sr. Natanael dos Santos Costa.

6.3.166 E-DOC Nº 07010060128201971. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Elesbão Veloso-PI. Assunto: comunicação de conversão da Notícia de Fato nº 27/2019 (SIMP 000230-168/2019), em Inquérito Civil nº 02/2019, com a finalidade de apurar suposto ato de improbidade administrativa, praticado pelas Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social no decorrer do Processo de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares de Elesbão Veloso-PI.

6.3.167 E-DOC Nº 07010061913201941. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Regeneração-PI. Assunto: comunicação de promoção de arquivamento Procedimento Administrativo nº 01/2019 (SIMP 000531-170/2019), instaurado com a finalidade de acompanhar o Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Regeneração-PI.

6.3.168 E-DOC Nº 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do presente Procedimento Administrativo nº 26/2019 (SIMP 000036-102/2019), com a finalidade de garantir direitos fundamentais do menor Herbert Keven Mendes Campos.

6.3.169 E-DOC Nº 07010060550201926. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo nº 29/2019 (SIMP 000039-102/2019), em desfavor do Município de Nazaré do Piauí - Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Nazaré do Piauí.

6.3.170 E-DOC Nº 07010060550201926. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo nº 30/2019 (SIMP 000040-102/2019), em desfavor do Município De São José Do Peixe-Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Nazaré do Piauí.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.171 E-DOC N° 07010060550201926. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano – PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 31/2019 (SIMP 000041-102/2019), em desfavor do Município De Arraial-Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Arraial.

6.3.172 E-DOC N° 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 39/2019 (SIMP 000049-102/2019), em desfavor do Município De Arraial-Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Arraial.

6.3.173 E-DOC N° 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 40/2019 (SIMP 000050-102/2019), em desfavor do Município De Francisco Ayres-Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Francisco Ayres.

6.3.174 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 37/2019 (SIMP 000047-102/2019), em desfavor do Município de Nazaré do Piauí-Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nazaré do Piauí.

6.3.175 E-DOC N° 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 24/2019 (SIMP 000034-102/2019), com a finalidade de garantir os direitos fundamentais de menor.

6.3.176 E-DOC N° 07010060550201926. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano – PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 28/2019 (SIMP 000038-102/2019), em desfavor do Município de Floriano-Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Floriano.

6.3.177 E-DOC N° 07010060550201926. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo n° 32/2019 (000042-102/2019), em desfavor do Município de Francisco Ayres-Secretaria Municipal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Francisco Ayres.

6.3.178 E-DOC Nº 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo nº 36/2019 (SIMP 000046-102/2019), em desfavor do Município de Floriano-Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Floriano.

6.3.179 E-DOC Nº 07010060550201926. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: comunicação de instauração do Procedimento Administrativo nº 38/2019 (SIMP 000048-102/2019), em desfavor do Município de São José do Peixe-Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo objeto é fiscalizar, acompanhar e garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José do Peixe.

6.3.180 E-DOC Nº 07010061926201911. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 222/2019 (SIMP 577-156/2019), objetivando à análise do edital para Concurso Público de Provas e Títulos, para diversos cargos junto ao Município de Pau D' Arco/PI através de teste seletivo simplificado.

6.3.181 E-DOC Nº 07010061932201977. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de Decisão de Atribuição referente a Notícia de Fato nº 232/2019 (SIMP 606-156/2019), que versa acerca da venda de botijões de gás sem autorização no Município de Novo Santo Antônio/PL.

6.3.182 E-DOC Nº 07010061943201957. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação de Decisão de Arquivamento referente a Notícia de Fato nº 233/2019 (SIMP 609-156/2019), sobre julgamento de Improcedente Tomada de Contas que apreciou a Tomada De Preços nº 16/2017, deflagrada pelo Município de Coivaras.

6.3.183 E-DOC Nº 07010061946201991. Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação de decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº SIMP 000254-228/2019, para apurar “notícia” de suposto crime previsto no Estatuto do Idoso, praticado contra a idosa Maria do Socorro Vieira.

6.3.184 E-DOC Nº 07010061949201924. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação despacho da Notícia de Fato nº 215/2019 (SIMP 558-156/2019), e narra suposta irregularidade na contratação da Empresa Blue Entretenimento Cultural

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

LTDA – ME, na prestação de serviço de gravação das sessões e coffe breaks da Casa Legislativa de Altos-PI, através do Pregão Presencial nº 002/2017.

6.3.185 E-DOC Nº 07010061953201992. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: recomendação administrativa nº 44/2019, no Inquérito Civil Público de SIMP nº 000145-101/2018, realização de todas as medidas técnicas e administrativas na realização de políticas públicas, na área de educação, necessárias para o aumento do IDEB das escolas públicas municipais.

6.3.186 E-DOC Nº 07010061962201983. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano-PI. Assunto: instauração de Procedimento Administrativo nº 183/ 2019 (SIMP 000264-101/2019), em desfavor do Município De São José Do Peixe, CBRN o objetivo de fiscalizar e acompanhar o cumprimento da legislação tributária pelo Município de São José do Peixe.

6.3.187 E-DOC Nº 07010061965201917. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano – PI. Assunto: instauração de Inquérito Civil Público nº 150/2019 (SIMP 000229-101/2019), em face do Município de São José do Peixe, com o escopo de averiguar a ocorrência de irregularidades na prestação de serviço de transporte escolar no âmbito da rede pública municipal de ensino de São José do Peixe.

6.3.188 E-DOC Nº 07010061970201921. Origem: 1ª promotoria de justiça de São Miguel do Tapuio-PI. Assunto: comunicação de decisão de promoção de arquivamento Notícia de Fato SIMP nº 0000729-240/2019, em decorrência de Ofício por parte da Defensoria Pública da União, o qual solicita tomada de providências referente aos crimes ambientais e de ameaça ocorridos na Comunidade Quilombola Macacos, zona rural de São Miguel do Tapuio.

6.3.189 E-DOC Nº 07010061970201921. Origem: 1ª promotoria de justiça de São Miguel do Tapuio-PI. Assunto: promoção de decisão da promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 023/2018 (SIMP 000445-240/2018), para acompanhar reconhecimento de paternidade em favor da criança/adolescente G. A. F.

6.3.190 E-DOC Nº 07010061970201921. Origem: 1ª promotoria de Justiça de São Miguel do Tapuio-PI. Assunto: comunicação de decisão de promoção de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000726-240/2019, sobre mulher em situação de risco.

6.3.191 E-DOC Nº 07010061970201921. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Miguel do Tapuio-PI. Assunto: comunicação de decisão de promoção de arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 9000491-240/2019, noticiando a suposta ocorrência de crime tipificado no artigo 217-A, do CP contra a menor de iniciais F. T. R. B.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.192 E-DOC N° 07010061975201952. Origem: 2ª promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 117/2019 (SIMP 000662-310/2019), sobre situação de vulnerabilidade.

6.3.193 E-DOC N° 07010061975201952. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 105/2019 (SIMP 000367-310/2019), sobre vigilância sanitária.

6.3.194 E-DOC N° 07010061975201952. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí-PI. Assunto: comunicação de arquivamento de Procedimento Administrativo nº 057/2018 (SIMP 000143-310/2018), sobre fornecimento de água.

6.3.195 E-DOC N° 07010059598201991. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI. Assunto: comunicação da instauração do Processo Administrativo nº 01/2019 (SIMP 000002-047/2019), tendo como objeto o acompanhamento de requisições (ofícios), de instauração de inquéritos policiais para apuração de fatos registrados em Notícias de Fato referentes aos crimes de tráfico de drogas e associação para fins de tráfico de drogas distribuídos para esta promotoria no ano de 2019.

6.3.196 E-DOC N° 07010061982201954. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus-PI. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 000076-242/2018, instaurado para acompanhar e fiscalizar a criação do Plano Municipal de atendimento Socioeducativo do município de Redenção do Gurgueia-PI, em conformidade com o disposto na Lei 12.594/12, que instituiu o SINASE.

6.3.197 E-DOC N° 07010061996201978. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação do arquivamento do Procedimento Administrativo nº 10/2019 (SIMP 000219-182/2019).

6.3.198 E-DOC N° 07010061999201911. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Cocal- PI. Assunto: promoção de arquivamento da Notícia de Fato nº 37/2019 (SIMP 000706-199/2019), sobre pessoa com doença mental, em situação de vulnerabilidade.

6.3.199 E-DOC N° 07010062005201974. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior-PI. Assunto: comunicação de decisões de arquivamento da Notícia de Fato nº 000566-060/2019, sobre cadastro de beneficiários no TFD.

6.3.200 E-DOC N° 07010062008201916. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos-PI. Assunto: comunicação decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 193/2019 (SIMP 515-156/2019), trata-se o caso de representação ofertada por Reginaldo Solano Passos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

na qual o referido Parlamentar noticia suposta irregularidade/ilegalidade no Pregão Presencial nº 017/2019 que visa a contratação temporária de serviços pelo Município de Pau D' Arco.

6.3.201 E-DOC Nº 07010062033201991. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itainópolis-PI. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 08/2017(SIMP 000004-267/2017), instaurado para acompanhar e viabilizar o tratamento da criança Simony Carvalho Pinheiro, portadora de microcefalia.

6.3.202 E-DOC Nº 07010062028201989. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos-PI. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 87/2014-B(SIMP 000039-089/2015), instaurado para acompanhar a criança Estevão Martins da Silva.

6.3.203 E-DOC Nº 07010062020201912. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI. Assunto: comunicação do arquivamento do Procedimento Administrativo nº 31/2019 (SIMP 000042-182/2019).

6.3.204 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 32ª Promotoria de Justiça.

6.3.205 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 32ª Promotoria de Justiça.

6.3.206 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 32ª Promotoria de Justiça.

6.3.208 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional do Procon- MP/PI.

6.3.209 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional do Procon- MP/PI.

6.3.210 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional do Procon- MP/PI.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

6.3.211 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional do Procon- MP/PI.

6.3.212 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 17ª Promotoria de Justiça de Teresina e da Coordenadoria do Núcleo de Juizados especiais.

6.3.213 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 31ª Promotoria de Justiça.

6.3.214 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 31ª Promotoria de Justiça.

6.3.215 Origem: Ouvidoria MPPI. Assunto: envio de e-mail para fins de conhecimento a manifestação em anexo, recebida na ouvidoria, tratando de elogio ao desempenho profissional da 31ª Promotoria de Justiça.

7. ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

7.1 Lista de Antiguidade 2019, conforme art. 23, IV, da Lei Complementar nº 12/1993.

7.2 Solenidade de posse dos Promotores de Justiça José William Pereira Luz (referente ao PGA GEDOC nº 000067-226/2019) e Ari Martins Alves Filho (referente ao PGA GEDOC nº 000077-226/2019).

7.3 Apresentação Relatório Circunstanciado das atividades do Conselho Superior do Ministério Público referente ao ano de 2019.

A PRESIDENTE, CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA, DECLARA ENCERRADA A PRESENTA SESSÃO ORDINÁRIA.

RAQUEL DO SOCORRO MACEDO GALVÃO, SECRETÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, LAVROU O PRESENTE EXTRATO DE ATA, QUE SERÁ PUBLICADO APÓS APROVAÇÃO.